

Elektro Redes S.A.

Balanco patrimonial
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	501.530	899.313
Contas a receber de clientes e demais contas a receber	6	1.363.160	1.227.417
Títulos e valores mobiliários	5	5.617	10.520
Instrumentos financeiros derivativos	12	45.632	19.017
Impostos e contribuições a recuperar	7	46.231	87.645
Valores a compensar da parcela A e outros itens financeiros	8	219.271	-
Outros ativos circulantes		57.611	41.339
Total do circulante		2.239.052	2.285.251
Não circulante			
Contas a receber de clientes e demais contas a receber	6	32.790	43.717
Títulos e valores mobiliários	5	29	196
Instrumentos financeiros derivativos	12	128.848	143.996
Impostos e contribuições a recuperar	7	85.005	83.541
Impostos e contribuições diferidos	9	505.138	601.560
Depósitos judiciais	16	88.078	127.360
Valores a compensar da parcela A e outros itens financeiros	8	104.837	-
Concessão do serviço público (ativo financeiro)	10.1	1.307.440	1.074.026
Outros ativos não circulantes		43.450	42.469
Imobilizado		8.257	9.596
Intangível	10.2	1.910.597	1.871.738
Total do não circulante		4.214.469	3.998.199
Ativo total		6.453.521	6.283.450

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Elektro Redes S.A.

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

	Notas	31/12/2017	31/12/2016
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Fornecedores	11	710.340	418.415
Empréstimos e financiamentos	12	956.891	435.179
Debêntures	12	169.904	213.980
Instrumentos financeiros derivativos	12	32	-
Salários e encargos a pagar	13	67.820	66.375
Encargos setoriais	14	183.972	381.360
Impostos e contribuições a recolher	15	210.828	159.755
Dividendos e juros sobre capital próprio	18	12	117.879
Valores a devolver da parcela A e outros itens financeiros	8	-	105.505
Outros passivos circulantes	17	65.379	58.313
Total do circulante		2.365.178	1.956.761
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	12	1.321.165	1.413.912
Debêntures	12	530.094	669.807
Instrumentos financeiros derivativos	12	120	-
Encargos setoriais	14	60.944	19.763
Provisões	16	136.083	146.267
Valores a devolver da parcela A e outros itens financeiros	8	-	69.064
Outros passivos não circulantes	17	9.636	9.582
Total do não circulante		2.058.042	2.328.395
Patrimônio líquido			
Capital social	18	952.492	952.492
Reservas de capital	18	765.882	765.882
Reservas de lucros		311.899	171.422
Outros Resultados Abrangentes		28	-
Proposta de distribuição de dividendos adicionais		-	108.498
Total patrimônio líquido		2.030.301	1.998.294
Passivo e patrimônio líquido total		6.453.521	6.283.450

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Elektro Redes S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	Notas	2017	2016
Receita líquida	19	5.811.495	4.754.980
Custo do serviço		(4.928.563)	(4.016.743)
Custos com energia elétrica	20.1	(3.854.184)	(3.021.765)
Custos de operação	20.2	(640.041)	(584.725)
Custos de construção		(434.338)	(410.253)
Lucro bruto		882.932	738.237
Despesas com vendas	20.2	(106.243)	(56.462)
Despesas gerais e administrativas	20.2	(81.012)	(42.822)
Lucro operacional		695.677	638.953
Resultado financeiro		(157.805)	(161.184)
Receitas financeiras	21	124.521	202.198
Despesas financeiras	21	(282.326)	(363.382)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		537.872	477.769
Imposto de renda e contribuição social		(163.447)	(126.081)
Corrente	9(b)	(68.357)	(19.807)
Diferido	9(b)	(95.090)	(106.274)
Lucro líquido do exercício		374.425	351.688
Lucro básico e diluído por ação do capital – R\$:			
Ordinária		1,8359	1,7244
Preferencial		2,0195	1,8968

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Elektro Redes S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	2017	2016
Lucro líquido do exercício	374.425	351.688
Outros resultados abrangentes		
Resultado das obrigações de benefícios pós-emprego	3.918	(188)
<i>Hedge</i> atrelado a garantia de empréstimos	28	-
Tributos sobre resultados abrangentes	(1.332)	63
Resultado abrangente do exercício	377.039	351.563

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Elektro Redes S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva especial de ágio	Reserva incentivo fiscal	Reserva legal	Outras reservas de capital	Reserva de retenção de lucros	Outros resultados abrangentes	Lucros (prejuízos) acumulados	Proposta de distribuição dividendos adicionais	Total do patrimônio líquido
Saldos em 1 de janeiro de 2016	952.492	689.440	2.353	171.422	74.089	-	-	-	72.649	1.962.445
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	351.688	-	351.688
Resultado obrigações benefícios pós-emprego	-	-	-	-	-	-	(125)	-	-	(125)
Destinações do lucro:										
Dividendos pagos	-	-	-	-	-	-	-	-	(72.649)	(72.649)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	(138.667)	-	(138.667)
Dividendos intermediários	-	-	-	-	-	-	-	(104.398)	-	(104.398)
Dividendos propostos com reservas	-	-	-	-	-	-	125	(108.623)	108.498	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	952.492	689.440	2.353	171.422	74.089	-	-	-	108.498	1.998.294
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	374.425	-	374.425
Resultado obrigações benefícios pós-emprego	-	-	-	-	-	-	2.585	-	-	2.585
Hedge atrelado a garantia de empréstimos	-	-	-	-	-	-	28	-	-	28
Destinações do lucro:										
Reserva de Retenção de Lucros	-	-	-	-	-	140.477	(2.585)	(137.892)	-	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	(96.976)	-	(96.976)
Dividendos intermediários pagos	-	-	-	-	-	-	-	(139.557)	(108.498)	(248.055)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	952.492	689.440	2.353	171.422	74.089	140.477	28	-	-	2.030.301

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Elektro Redes S.A.**Demonstração do Fluxo de Caixa**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

	2017	2016
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do exercício	374.425	351.688
AJUSTES PARA CONCILIAR O LUCRO AO CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	597.363	751.454
Depreciação e amortização	177.296	172.392
Encargos de dívidas e atualizações monetárias, cambiais, derivativos e outras receitas e despesas financeiras	228.561	429.741
Ajuste de fluxo de caixa estimado	(37.149)	(59.839)
Perda / (ganho) na baixa de ativos intangíveis e financeiros indenizáveis	26.480	41.898
Provisão contingências cíveis, fiscais e trabalhistas	32.198	(67.085)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	82.242	84.935
Atualização monetária dos planos de benefício pós-emprego	3.918	(188)
Programa de P&D e eficiência energética	(12.605)	43.326
Tributos diferidos	96.422	106.274
REDUÇÃO (AUMENTO) DOS ATIVOS OPERACIONAIS	(463.317)	(539.793)
Contas a receber de clientes e outros	(207.058)	30.584
IR e CSLL a recuperar	29.355	(13.793)
Impostos e contribuições a recuperar, exceto IR e CSLL	10.595	7.923
Depósitos judiciais	39.282	(16.099)
Valores a compensar da parcela A e outros componentes financeiros	(324.108)	555.520
Outros ativos	(11.383)	(24.342)
AUMENTO (REDUÇÃO) DOS PASSIVOS OPERACIONAIS	(30.711)	(280.159)
Fornecedores	291.925	(167.915)
Salários e encargos a pagar	1.445	5.562
Taxas regulamentares	(143.656)	(35.034)
Imposto de renda (IR) e Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) pagos	72.990	(73.456)
Impostos e contribuições a recolher, exceto IR e CSLL	(36.464)	(14.896)
Valores a devolver da parcela A e outros componentes financeiros	(174.569)	31.947
Indenizações/Contingências pagas	(42.382)	(26.367)
CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	477.760	1.362.776
ATIVIDADE DE INVESTIMENTO		
Aquisição de imobilizado	(3.224)	-
Aquisição de intangível	(447.103)	(426.250)
Concessão serviço público (Ativo Financeiro)	(1.119)	(912)
Aplicação em títulos e valores mobiliários (liq.)	5.070	3.941
GERAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DE CAIXA EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(446.376)	(423.223)
ATIVIDADE DE FINANCIAMENTO		
Captação de empréstimos e financiamentos e debêntures	798.145	291.088
Amortização de empréstimos, financiamentos e debêntures	(773.998)	(764.526)
Obrigações vinculadas	13.885	17.715
Instrumentos financeiros derivativos	(18.847)	(94.348)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(448.352)	(275.315)
GERAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DE CAIXA EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(429.167)	(825.386)
AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(397.783)	114.167
Caixa e equivalentes no início do exercício	899.313	785.146
Caixa e equivalentes no final do exercício	501.530	899.313
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(397.783)	114.167

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Elektro Redes S.A.

Demonstração do Valor Adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

	2017	2016
Receitas		
Vendas brutas de energia, serviços e outros	8.864.102	7.950.256
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(63.085)	(73.189)
Resultado na alienação / desativação de bens e direitos	3.509	3.412
	<u>8.804.526</u>	<u>7.880.479</u>
Insumos adquiridos de terceiros		
Energia elétrica comprada para revenda (*)	(3648.715)	(2.968.167)
Encargos de uso da rede básica de transmissão (*)	(597.979)	(367.395)
Materiais, serviços de terceiros e outros (*)	(667.296)	(556.470)
	<u>(4.913.990)</u>	<u>(3.892.032)</u>
Valor adicionado bruto	3.890.536	3.988.447
Depreciação e amortização	(172.296)	(172.392)
Valor adicionado líquido	3.713.240	3.816.055
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras (*)	124.521	202.196
Valor adicionado total a distribuir	3.837.761	4.018.251
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remunerações	186.497	161.441
Encargos sociais (exceto INSS)	21.308	20.402
Benefícios pós-emprego e outro benefícios	13.199	1.261
Auxílio alimentação	39.646	37.102
Convênio assistencial e outros benefícios	51.710	46.416
Férias e 13º salário	43.526	41.963
Indenizações trabalhistas	8.741	13.622
Participação no resultado	31.157	31.403
Administradores	4.058	3.477
(-) Transferência para ordens	(89.793)	(94.727)
Outros	33	-
Subtotal	<u>310.082</u>	<u>262.360</u>
Impostos, taxas e contribuições		
INSS (sobre folha de pagamento)	43.323	42.756
ICMS	1.208.535	1.325.389
PIS/COFINS sobre faturamento	297.867	400.141
Imposto de renda e contribuição social	163.448	126.082
Obrigações intra-setoriais	1.156.216	1.159.175
Outros	1.539	3.518
Subtotal	<u>2.870.928</u>	<u>3.057.062</u>
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros e variações cambiais	282.326	347.141
Remuneração de capitais próprios		
Juros sobre capital próprio	96.976	138.667
Dividendos distribuídos	139.557	104.398
Dividendos propostos	-	108.623
Reserva de retenção de lucros	137.892	-
Subtotal	<u>374.425</u>	<u>351.688</u>
VALOR ADICIONADO TOTAL DISTRIBUIDO	3.837.761	4.018.251

* Valor bruto, não deduzido dos créditos de PIS/COFINS.

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Elektro Redes S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais)

1. Informações gerais

A Elektro Redes S.A. (“Elektro Redes” ou “Companhia”), com sede no município de Campinas, no estado de São Paulo, registrada na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e listada, como companhia de capital aberto e têm suas ações (0,32% do capital total) negociadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (nova razão social da BM&F Bovespa – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros). A Companhia tem como controladora a NEOENERGIA S.A (“NEOENERGIA”) e é uma concessionária de serviço público que atua no segmento de distribuição de energia elétrica, e suas demonstrações financeiras refletem essa atividade, que constitui seu único segmento operacional. Os seus negócios, incluindo os serviços prestados e as tarifas cobradas, são regulamentados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

A área de concessão da Companhia é constituída por 228 municípios, dos quais 223 estão localizados no Estado de São Paulo, e os outros 5 no Estado de Mato Grosso do Sul. A concessão do serviço público de energia se deu pelo Contrato de Concessão de Distribuição nº 187/98, com vencimento em 2028, podendo ser prorrogado por no máximo 30 anos, por requerimento da Companhia e a critério da ANEEL.

As principais obrigações previstas no contrato de concessão consistem em fornecer energia elétrica aos consumidores de sua área de concessão, realizar as obras necessárias à prestação dos serviços e manter inventário dos bens vinculados à concessão. É vedado à Companhia alienar ou conceder em garantia tais bens sem a prévia e expressa autorização do regulador. Ao final da concessão, esses bens serão revertidos automaticamente ao Poder Concedente, procedendo-se às avaliações e determinação do valor de indenização à Companhia (vide nota explicativa 10.1).

O preço dos serviços prestados aos consumidores é regulado e tem a seguinte composição: Parcela A (custos não gerenciáveis, como compra de energia, transporte de energia e encargos setoriais, dentre outros, para os quais a legislação e a regulação garantem a neutralidade tarifária) e Parcela B (custos operacionais eficientes e custos de capital - remuneração do investimento e quota de reintegração/depreciação regulatória, perdas e receitas irre recuperáveis). Os mecanismos de ajuste são: o Reajuste Tarifário anual e a Revisão Tarifária ordinária a cada quatro anos.

Em 08 de junho de 2017, a Elektro Redes divulgou ao mercado um fato relevante informando um acordo de associação para regular a incorporação da Elektro Holding S.A (“Elektro Holding”), atual controladora da Elektro Redes, pela Neoenergia. Em 24 de agosto de 2017, tendo em vista a obtenção das aprovações da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, bem como a aprovação da Assembleia Geral de Acionistas de ambas empresas, foi consumada a incorporação da Elektro Holding pela Neoenergia.

Elektro Redes S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais)

2. Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas em conformidade às normas internacionais de contabilidade (“IFRS” – *Internacional Financial Reporting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, e as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela administração da Companhia em 16 de fevereiro de 2018.

Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2. Moeda funcional e de apresentação

Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional, utilizando a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas e despesas financeiras no resultado.

2.3. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando como base o custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido nas normas.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas, baseadas em fatores objetivos e subjetivos, que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas

Elektro Redes S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

e despesas. Essas estimativas e premissas são revisadas continuamente, com base na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no exercício em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem:

- (i) o registro da receita de fornecimento de energia e de uso da rede do sistema de distribuição não faturados; nota explicativa 19;
- (ii) o registro de provisão da comercialização de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE; nota explicativa 20;
- (iii) a avaliação dos ativos e passivos financeiros pelo valor justo; nota explicativa 23;
- (iv) a análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa; nota explicativa 6;
- (v) o cálculo dos ativos e passivos atuariais dos planos de benefícios pós-emprego; nota explicativa 25;
- (vi) os valores a compensar/devolver da Parcela A e outros itens financeiros, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências; notas explicativas 8 e 16;
- (vii) vida útil da infraestrutura utilizada para cálculo da depreciação regulatória a ser inserida na tarifa e também como base para amortização do intangível, nota explicativa 10;
- (viii) provisões para créditos de liquidação duvidosa, nota explicativa 6
- (ix) provisões para contingências, nota explicativa 16

2.5. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis adotadas pela Companhia estão descritas a seguir:

a) Instrumentos financeiros

A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros, no reconhecimento inicial, de acordo com as seguintes categorias:

(i) Ativos financeiros

Os ativos financeiros incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, títulos e valores mobiliários, ativo financeiro de concessão, valores a compensar da Parcela A e outros itens financeiros, além de outros créditos realizáveis por caixa.

A Companhia reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo

Elektro Redes S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo separado.

Mensuração

- Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado: são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.
- Empréstimos e recebíveis: são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, menos perda por redução ao valor recuperável.
- Investimentos mantidos até o vencimento: ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento quando a Companhia tiver manifestado intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, estes ativos são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável.
- Ativos financeiros disponíveis para venda: após mensuração inicial, estes ativos são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados reconhecidos diretamente dentro dos outros resultados abrangentes até a baixa do investimento, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável, dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários que são reconhecidos diretamente no resultado do exercício.

(ii) Passivos financeiros

Os passivos financeiros incluem contas a pagar a fornecedores, valores a devolver da Parcela A e outros itens financeiros, outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos, debêntures e instrumentos financeiros derivativos classificados a valor justo por meio do resultado.

Mensuração

- Após reconhecimento inicial os empréstimos, financiamentos e debêntures são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros, exceto quando os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira são itens objeto de *hedge*, classificado como passivos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado, quando atendido o critério de efetividade de *hedge*.
- A Companhia faz uso de derivativos com o objetivo de proteção, utilizando a contabilização de *hedge* (*hedge accounting*). A valorização ou a desvalorização do valor justo do instrumento destinado à proteção são registradas em

Elektro Redes S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

contrapartida da conta de receita ou despesa financeira, no resultado do exercício.

b) Análise do valor de recuperação dos ativos

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos seus ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, não foram identificadas necessidade de reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável.

2.6. Contrato de concessão

O ICPC 01 (R1) e IFRIC 12 – Contratos de Concessão estabelecem diretrizes gerais para o reconhecimento e mensuração das obrigações e direitos relacionados em contratos de concessão e são aplicáveis para situações em que o poder concedente controle ou regulamente quais serviços o concessionário deve prestar com a infraestrutura, a quem os serviços devem ser prestados e por qual preço, e controle qualquer participação residual significativa na infraestrutura ao final do prazo da concessão.

A parcela dos ativos da concessão que será integralmente utilizada durante a concessão é registrada como um ativo intangível e amortizada integralmente durante o período de vigência do contrato de concessão. A parcela dos ativos que não estará integralmente amortizada até o final da concessão é registrada como um ativo financeiro, por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente.

2.7. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão apresentados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos, com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração.

2.8. Impairment de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente os eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas de cada ativo ou unidade geradora de caixa (UGC), que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Elektro Redes S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado e são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo ou da UGC não exceda o valor contábil que teria sido apurado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo ou UGC em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Uma UGC é definida como o menor grupo identificável de ativos que geram fluxos de entrada de caixa independente dos fluxos de entrada de caixa de outros ativos ou grupo de ativos. O valor recuperável de uma UGC é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor justo deduzido das despesas de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para o segmento em que opera a UGC. O valor justo é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Evidência objetiva de que ativos não financeiros tiveram perda de valor inclui:

- Indicativos observáveis de redução significativas do valor do ativo;
- Mudanças tecnológicas, de mercado, econômico ou legal na qual a entidade opera o ativo;
- Aumento de taxas de juros praticados no mercado de retorno sobre investimentos afetando a taxa de desconto utilizado pela Companhia;
- O valor contábil do patrimônio líquido da entidade é maior do que o valor de suas ações no mercado;
- Evidência disponível de obsolescência ou de dano físico de um ativo;
- Descontinuidade ou reestruturação da operação à qual um ativo pertence;
- Dados observáveis indicando que o desempenho econômico de um ativo é ou será pior que o esperado.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Companhia efetuou análise para alguns de seus ativos, não tendo sido constatada necessidade de reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável.

2.9. Valores a compensar/(a devolver) da parcela A

Referem-se aos ativos e passivos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados (Parcela A e outros itens financeiros) que são incluídos na tarifa no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber da Companhia sempre que os custos homologados e incluídos na tarifa são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos homologados e incluídos na tarifa são superiores aos custos efetivamente incorridos.

Elektro Redes S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

Esses valores serão efetivamente liquidados por ocasião do próximo período tarifário ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção, por qualquer motivo, da concessão.

2.10. Subvenções governamentais

São reconhecidas inicialmente como receitas diferidas pelo seu valor justo, quando existe razoável segurança de que elas serão recebidas e que a Companhia irá cumprir as condições associadas com a subvenção e são posteriormente reconhecidas no resultado como 'Outras Receitas', em uma base sistemática ao longo da vida útil do ativo.

As subvenções que visam compensar a Companhia por despesas incorridas são reconhecidas no resultado como "Outras Receitas" em uma base sistemática durante os períodos em que as despesas correlatas são registradas.

2.11. Ativo intangível

O ativo intangível é composto pelos ativos de distribuição avaliados ao custo de aquisição, incluindo custos de empréstimos capitalizados e deduzido de obrigações especiais e amortização acumulada. A amortização é calculada de forma não linear, pelo prazo esperado de retorno via tarifa (prazo de vencimento do contrato).

As obrigações especiais representam as contribuições da União, dos Estados, dos Municípios e dos Consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno em favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição.

As obrigações especiais estão sendo amortizadas às mesmas taxas de amortização dos bens que compõem a infraestrutura, usando-se uma taxa média, desde o segundo ciclo de revisão tarifária periódica. Ao final da concessão o valor residual das obrigações especiais será deduzido do ativo financeiro de indenização.

2.12. Benefícios a empregados

Planos de benefício definido

A obrigação líquida da Companhia para os planos de benefício definido é calculada para cada um dos planos com base na estimativa do valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelos serviços prestados no exercício atual e em exercícios anteriores. Esse valor é descontado ao seu valor presente e é apresentado líquido do valor justo de quaisquer ativos do plano.

A avaliação atuarial dos planos de benefícios definidos é calculada pelo método do crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um potencial ativo para a Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos são levadas em consideração quaisquer exigências mínimas de custeio aplicáveis. O ativo líquido do plano de benefícios é avaliado pelos valores

Elektro Redes S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

de mercado (marcação a mercado). As premissas econômicas e financeiras para efeitos dessa avaliação atuarial são discutidas com os atuários independentes e aprovadas pela Administração da Companhia.

2.13. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados sobre as diferenças entre os saldos dos ativos e passivos das Demonstrações Financeiras e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do IRPJ e da CSLL correntes. A probabilidade de recuperação destes saldos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar.

2.14. Provisões

As provisões são reconhecidas em função de um evento passado quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

Elektro Redes S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais)

2.14.1. Provisão para créditos de liquidação duvidosa (“PCLD”)

A PCLD é reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir as perdas na realização de contas a receber de consumidores e de títulos a receber, cuja recuperação é considerada improvável.

A Companhia possui uma política para cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa cuja metodologia tem como premissa de provisionamento o histórico do comportamento de pagamento dos clientes dentro de cada faixa de vencimento do débito. Adicionalmente, a Companhia realiza análises individuais de acordo com o histórico de inadimplimento de clientes considerados críticos.

2.15. Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia, podendo ser confiavelmente mensurados. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber.

A receita operacional é composta pela receita de fornecimento de energia elétrica (faturada ou não faturada), receita do ativo financeiro indenizável, receita de construção e outras receitas relacionadas a outros serviços prestados pela Companhia.

O faturamento e respectivo reconhecimento da receita dos serviços de distribuição de energia elétrica são efetuados de acordo com o calendário de leitura estabelecido pela Companhia. A receita não faturada corresponde à energia elétrica entregue e não faturada ao consumidor, e é calculada em base estimada, até a data do balanço.

A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa da Administração.

2.16. Receitas e despesas financeiras

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos. .

2.17. Demonstrações do valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme as práticas

Elektro Redes S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

adotadas no Brasil, aplicável às companhias abertas, enquanto para as IFRS representam informação financeira suplementar.

2.18. Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia.

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros (veja nota explicativa 23.2).

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

2.19. Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são

Elektro Redes S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

3. Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras e não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

3.1 IFRS 9 *Financial Instruments* (CPC 48 - Instrumentos Financeiros)

A IFRS 9/CPC 48 inclui novos modelos para a classificação e mensuração de ativos/passivos financeiros e de perdas esperadas para ativos financeiros e contratuais, além de novos requisitos sobre a contabilização de *hedge*. Esta norma substitui o IAS 39/CPC 38 Instrumentos Financeiro – Reconhecimento e Mensuração.

- **Classificação - Ativos financeiros**

A IFRS 9/CPC 48 contém uma nova abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que reflete o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa.

A IFRS 9/CPC 48 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e ao valor justo por meio do resultado (VJR). A norma elimina as categorias existentes na IAS 39 mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

De acordo com a IFRS 9/CPC 48, os derivativos embutidos em contratos onde o hospedeiro é um ativo financeiro no escopo da norma nunca são separados. Em vez disso, o instrumento financeiro híbrido como um todo é avaliado para sua classificação.

Com base na sua avaliação, a Companhia não considera que os novos requerimentos de classificação terão um impacto significativo na contabilização de seus ativos financeiros.

- **Redução no valor recuperável (*impairment*) - Ativos Financeiros e Ativos Contratuais**

A IFRS 9/CPC 48 substitui o modelo de "perdas incorridas" da IAS 39/CPC 38 por um modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". Isso exigirá um julgamento relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas.

O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais.

Elektro Redes S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

De acordo com a IFRS 9/CPC 48, as provisões para perdas esperadas serão mensuradas em uma das seguintes bases:

Perdas de crédito esperadas para 12 meses, ou seja, perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data base; e

i. Perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.

A mensuração das perdas de crédito esperadas para a vida inteira se aplica se o risco de crédito de um ativo financeiro na data base tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, e a mensuração de perda de crédito de 12 meses se aplica se o risco não tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial. Uma entidade pode determinar que o risco de crédito de um ativo financeiro não tenha aumentado significativamente se o ativo tiver baixo risco de crédito na data base. No entanto, a mensuração de perdas de crédito esperadas para a vida inteira sempre se aplica para contas a receber de clientes e ativos contratuais sem um componente de financiamento significativo; a Companhia optou por aplicar esta política também para contas a receber de clientes e ativos contratuais com um componente de financiamento significativo.

A Companhia acredita que as perdas por redução ao valor recuperável deverão aumentar e tornar-se mais voláteis para os ativos no modelo da IFRS 9/CPC 48.

Com base na metodologia de *impairment* descrita abaixo, a Companhia estimou que a aplicação dos requerimentos de *impairment* da IFRS 9/CPC 48 em 1º de janeiro de 2018 resultará em perdas por redução ao valor recuperável de ativos adicionais como segue:

Impairment adicional estimado em 01/01/2018

	R\$ mil
Títulos e valores mobiliários	
Contas a receber de clientes e outras contas a receber, incluindo ativos contratuais, em 31 de dezembro de 2017	
Perdas adicionais por redução ao valor recuperável	9.566

As perdas adicionais por redução ao valor recuperável representam o ajuste estimado ao patrimônio líquido em 01 de janeiro de 2018.

As perdas estimadas foram calculadas com base na experiência real de perda de crédito nos últimos anos. A Companhia realizou o cálculo das taxas de perda separadamente para cada segmento de clientes (residencial, industrial, comercial, rural e setor público). Além disso, quando aplicável, foram consideradas as mudanças no risco de crédito seguindo avaliações de crédito externas publicadas.

Elektro Redes S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

• Passivos financeiros

A IFRS 9/CPC 48 retém grande parte dos requerimentos da IAS 39 para a classificação de passivos financeiros.

Contudo, de acordo com a IAS 39, todas as variações de valor justo dos passivos designados como VJR são reconhecidas no resultado, enquanto que, de acordo com a IFRS 9/CPC 48, estas alterações de valor justo são geralmente apresentadas da seguinte forma:

– o valor da variação do valor justo que é atribuível às alterações no risco de crédito do passivo financeiro são apresentado em ORA; e

– o valor remanescente da variação do valor justo é apresentado no resultado.

A Companhia possui passivos financeiros mensurados ao VJR, representados por dívidas em moeda estrangeira, para os quais existem instrumentos financeiros derivativos para mitigação do risco cambial. Para atendimento dos requerimentos da contabilidade de *hedge*, as variações atribuíveis às alterações no risco de crédito continuarão sendo contabilizadas no resultado.

• Contabilidade de *hedge*

Na aplicação inicial da IFRS 9/CPC 48, a Companhia pode escolher como política contábil continuar aplicando os requerimentos para a contabilidade de *hedge* da IAS 39/CPC 38 em vez dos novos requerimentos da IFRS 9/CPC 48. A Companhia optou por aplicar os novos requerimentos da IFRS 9/CPC 48.

A IFRS 9/CPC 48 exige que a Companhia assegure que as relações de contabilidade de *hedge* estejam alinhadas com os objetivos e estratégias de gestão de risco da Companhia e que aplique uma abordagem mais qualitativa e prospectiva para avaliar a efetividade do *hedge*. A IFRS 9/CPC 48 também introduz novos requerimentos de reequilíbrio de relações de *hedge* e proíbe a descontinuação voluntária da contabilidade de *hedge*. De acordo com o novo modelo, é possível que mais estratégias de gestão de risco, particularmente as de um *hedge* de um componente de risco (diferente do risco de moeda estrangeira) de um item não financeiro, possam qualificar-se para a contabilidade de *hedge*. Atualmente, a Companhia não realiza *hedge* de tais componentes de risco.

A Companhia utiliza derivativos para mitigar o risco cambial e de taxa de juros em empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira e indexados ao IPCA, respectivamente.

Os tipos de relações de contabilidade de *hedge* que a Companhia atualmente designa atendem aos requerimentos da IFRS 9/CPC 48 e estão alinhados com a estratégia e objetivo de gerenciamento de risco da entidade. A Companhia concluiu que não haverá impactos significativos.

• Divulgações

A IFRS 9 exigirá extensivas novas divulgações, especificamente sobre a contabilidade de *hedge*, risco de crédito e perdas de crédito esperadas. A avaliação da Companhia incluiu uma análise para identificar deficiências em relação a informações requeridas nos processos atuais

Elektro Redes S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

e a Companhia está em processo de implementação de mudanças nos seus sistemas e controles para atender aos novos requisitos.

- **Transição**

As mudanças nas políticas contábeis resultantes da adoção da IFRS 9 serão geralmente aplicadas retrospectivamente, exceto as mudanças descritas a seguir:

- A Companhia irá aproveitar a isenção que lhe permite não reapresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros (incluindo perdas de crédito esperadas). As diferenças nos saldos contábeis de ativos e passivos financeiros resultantes da adoção da IFRS 9 serão geralmente reconhecidas nos lucros acumulados e reservas em 1º de janeiro de 2018.

- As seguintes avaliações devem ser efetuadas com base nos fatos e circunstâncias existentes na data da adoção inicial:

(a) A determinação do modelo de negócio dentro do qual um ativo financeiro é mantido.

(b) A designação e revogação de designações anteriores de determinados ativos e passivos financeiros.

3.2 IFRS 15 *Revenue from Contracts with Customers* (CPC 47 Receitas de Contratos com Clientes)

A IFRS 15/CPC 47 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e por quanto a receita é mensurada. A IFRS 15 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 (IAS 18) Receitas, CPC 17 (IAS 11) Contratos de Construção e a CPC 30 Interpretação A (IFRIC 13) Programas de Fidelidade com o Cliente.

- **Fornecimento de energia**

A Companhia reconhece a receita pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que a energia fornecida é faturada, mediante a multiplicação do consumo medido pela tarifa vigente. Além do consumo de energia medido na data de leitura, entre a data dessa medição e o encerramento do mês, a Companhia reconhece a receita não faturada através de estimativa, que é contabilizada em subcontas contábeis apropriadas de fornecimento, suprimento e encargos de distribuição e transmissão não faturados.

De acordo com a IFRS 15/CPC 47, a Companhia só pode contabilizar os efeitos de um contrato com um cliente quando for provável que receberá a contraprestação à qual terá direito em troca dos bens ou serviços que serão transferidos. Ao avaliar se a possibilidade de recebimento do valor da contraprestação é provável, a Companhia deve considerar apenas a capacidade e a intenção do cliente de pagar esse valor da contraprestação, quando devido. Desse modo, contratos celebrados com clientes que apresentam longo histórico de inadimplência e que por diversos motivos não estão com o fornecimento de energia suspenso, deverão deixar de ter as respectivas receitas reconhecidas. Com base na avaliação da Companhia, esse impacto não é relevante.

Elektro Redes S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

A Companhia é avaliada pela ANEEL em diversos aspectos no fornecimento de energia elétrica para clientes. Entre eles, está a qualidade do serviço e do produto oferecidos aos consumidores. A qualidade dos serviços prestados compreende a avaliação das interrupções no fornecimento de energia elétrica. Destacam-se no aspecto da qualidade do serviço os indicadores de continuidade individuais DIC, FIC, DMIC e DICRI. Uma vez descumpridos esses indicadores, a Companhia é obrigada a ressarcir os clientes, através de desconto na fatura mensal de consumo de energia. Atualmente, essas penalidades são contabilizadas como despesa operacional.

De acordo com a IFRS 15/CPC 47, a receita deve ser reconhecida de forma líquida de contraprestação variável. Eventuais descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares, são classificados pela norma como contraprestação variável. Desse modo, as penalidades que representam ressarcimento aos clientes deverão ser contabilizadas como redutoras da receita de fornecimento de energia e não mais como despesa operacional. Com base na avaliação da Companhia, esse impacto não é relevante.

- **Câmara de Comercialização de Energia - CCEE**

A Companhia reconhece a receita pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o excedente de energia é comercializado no âmbito da CCEE. O contrato é formalizado com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, que efetua o cálculo das sobras de energia adquirida (quantidade comprada x quantidade distribuída) e compara o saldo de energia com a necessidade do sistema elétrico, vendendo a quantidade de energia necessária para suprir o sistema, cuja contraprestação corresponde a multiplicação da quantidade de energia vendida para o sistema pelo Preço de Liquidação das Diferenças (PLD). Dentro do sistema elétrico, o ONS vai direcionar essa energia adquirida para qualquer outro agente que esteja precisando.

De acordo com a IFRS 15/CPC 47, a receita deve ser reconhecida quando o cliente obtém o controle da energia vendida. Com base em sua avaliação, a Companhia não espera que a aplicação da IFRS 15/CPC 47 tenha um impacto significativo em suas demonstrações financeiras.

- **Receita pela disponibilidade da rede elétrica**

Essa receita é constituída pelos custos da rede de distribuição e a remuneração da Companhia pela prestação do serviço ao consumidor final, que compreende consumidores cativos e livres, com base na cobrança de uma tarifa homologada pela ANEEL.

De acordo com a IFRS 15/CPC 47, a receita deve ser reconhecida quando o cliente obtém o controle da energia vendida. Com base em sua avaliação, a Companhia não espera que a aplicação da IFRS 15/CPC 47 tenha um impacto significativo em suas demonstrações financeiras.

- **Receita de construção da infraestrutura da concessão**

Essa receita é constituída por investimentos em infraestrutura, com o objetivo de manutenção da operação até o término do contrato de concessão. A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos

Elektro Redes S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual à zero, pois há a contrapartida em custos pelo mesmo valor.

O desempenho por parte da Companhia melhora o ativo de concessão e não cria um ativo com uso alternativo para a Companhia, que possui direito executável (*enforcement*) ao pagamento pelo desempenho concluído até a data presente, tendo em vista que o contrato de concessão prevê o direito a indenização em casos de extinção da concessão, retomada do serviço pelo poder concedente, caducidade e em casos de inadimplência. A receita de construção é reconhecida ao longo da execução da obra, juntamente com o custo.

Com base em sua avaliação, a Companhia não espera que a aplicação da IFRS 15/CPC 47 tenha um impacto significativo em suas demonstrações financeiras.

- **Outras receitas**

A Companhia possui outras fontes de receita de atividades relacionadas com a concessão de serviço público, que podem ser receitas inerentes ao serviço de distribuição de energia elétrica ou receitas de atividades acessórias.

As receitas inerentes ao serviço de distribuição de energia elétrica são receitas não tarifárias provenientes de serviços relacionados ao fornecimento de energia elétrica, como as receitas provenientes de serviços cobráveis. Já as atividades acessórias podem ser próprias e complementares. As atividades acessórias próprias são aquelas que se caracterizam como atividade regulada, prestada somente pela distribuidora e sujeita fiscalização, tais como: arrecadação de convênios, compartilhamento de infraestrutura, serviços de avaliação técnica e aferição de medidores, entre outras. A receita de prestação de serviços é registrada no momento em que o serviço foi efetivamente prestado e é regido por contrato de prestação de serviços entre as partes.

Com base em sua avaliação, a Companhia não espera que a aplicação da IFRS 15/CPC 47 tenha um impacto significativo em suas demonstrações financeiras.

- **Transição**

A Companhia planeja adotar a IFRS 15/CPC 47 usando o método de efeito cumulativo, com aplicação inicial da norma na data inicial (ou seja, 1º de janeiro de 2018). Como resultado, a Companhia não aplicará os requerimentos da IFRS 15/CPC 47 ao período comparativo apresentado.

A Companhia planeja utilizar os expedientes práticos para contratos concluídos. Isso significa que os contratos concluídos que começaram e terminaram no mesmo período de apresentação comparativo, bem como os contratos que são contratos concluídos no início do período mais antigo apresentado, não serão reapresentados.

A Companhia está atualmente realizando uma avaliação detalhada do impacto resultante da aplicação do IFRS 15/CPC 47 e espera divulgar informações quantitativas adicionais antes da adoção da norma.

Elektro Redes S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais)

3.3 IFRS 16 *Leases* (arrendamentos)

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs e apenas para entidades que aplicam a IFRS 15 Receita de Contratos com Clientes em ou antes da data de aplicação inicial da IFRS 16.

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A Companhia concluiu a avaliação inicial do potencial impacto em suas demonstrações financeiras, mas ainda não completou sua avaliação detalhada. O impacto real da aplicação da IFRS 16 nas demonstrações financeiras no período de aplicação inicial dependerá das condições econômicas futuras, incluindo a taxa de endividamento da Companhia em 1º de janeiro de 2019, a composição da carteira de arrendamento da Companhia nessa data, a avaliação da Companhia se exercerá quaisquer opções de renovação de arrendamento e a medida em que a Companhia optará por usar expedientes práticos e isenções de reconhecimento.

Até agora, o impacto mais significativo identificado é que a Companhia reconhecerá novos ativos e passivos por seus arrendamentos operacionais de imóveis não residenciais para a instalação de agências e centros de distribuição.

Além disso, a natureza das despesas relacionadas com esses contratos de arrendamento agora vai mudar, a IFRS 16 substitui a despesa linear de arrendamento operacional com um custo de depreciação de ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento.

A Companhia espera que a adoção da IFRS 16 não afete sua capacidade de cumprir com os acordos contratuais (*covenants*) de limite máximo de alavancagem em empréstimos descritos na nota explicativa 12.

• Transição

Como arrendatária, a Companhia pode aplicar a norma utilizando uma:

- Abordagem retrospectiva; ou
- Abordagem retrospectiva modificada com expedientes práticos opcionais.

O arrendatário aplicará essa escolha consistentemente a todos os seus arrendamentos.

Elektro Redes S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

A Companhia pretende aplicar a IFRS 16 inicialmente em 1º de janeiro de 2019, usando a abordagem retrospectiva modificada. Portanto, o efeito cumulativo da adoção da IFRS 16 será reconhecido como um ajuste ao saldo de abertura dos lucros acumulados em 1º de janeiro de 2019, sem atualização das informações comparativas.

Ao aplicar a abordagem retrospectiva modificada para arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos operacionais de acordo com a IAS 17, o arrendatário pode eleger, para cada contrato de arrendamento, se aplicará uma série de expedientes práticos na transição. A Companhia está avaliando o impacto potencial da utilização desses expedientes práticos.

A Companhia não é obrigada a fazer ajustes para arrendamentos em que é um arrendador, exceto quando é um arrendador intermediário em um subarrendamento.

3.4 Outras alterações

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Ciclo de melhorias anuais para as IFRS 2014-2016 - Alterações à IFRS 1 e à IAS 28.
- Alterações ao CPC 10 (IFRS 2) Pagamento baseado em ações em relação à classificação e mensuração de determinadas transações com pagamento baseado em ações.
- Transferências de Propriedade de Investimento (Alterações ao CPC 28 / IAS 40).
- Alterações ao CPC 36 Demonstrações Consolidadas (IFRS 10) e ao CPC 18 Investimento em Coligada (IAS 28) em relação a vendas ou contribuições de ativos entre um investidor e sua coligada ou seu empreendimento controlado em conjunto.
- ICPC 21 / IFRIC 22 Transações em moeda estrangeira e adiantamento.
- IFRIC 23 Incerteza sobre Tratamentos de Imposto de Renda.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4. Assuntos regulatórios

4.1. Bandeiras Tarifárias

A Resolução Normativa nº 547, de 16 de abril de 2013, criou o sistema de aplicação de Bandeiras Tarifárias, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2015, com finalidade de repassar ao consumidor os custos adicionais de geração térmica, compra de energia no mercado de curto prazo, encargos de serviços do sistema e risco hidrológico.

Elektro Redes S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

Atualmente existem quatro faixas de bandeiras: vermelha – patamar 1, com acréscimo de R\$30,00/MWh, vermelha – patamar 2, cujo acréscimo na tarifa de energia é de R\$50,00/MWh (alterado pela Nota Técnica nº136/2017 vigente a partir de novembro/2017, sendo o acréscimo anterior de R\$35,00/MWh), amarela, com acréscimo de R\$20,00/MWh e verde, sem acréscimo.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 a Companhia reconheceu o montante de R\$ 290.272 (R\$ 134.707 em 31 de dezembro de 2016) de bandeira tarifária, sendo que deste montante, R\$ 69.767 foram recebidos da Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias - CCRBT (R\$ 2.210 devolvidos em 31 de dezembro de 2016), criada por meio do Decreto nº 8.401/2015 e administrada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

A tabela a seguir mostra as bandeiras tarifárias que vigoraram nos anos de 2016 e 2017.

Mês	2017	2016
Janeiro	Verde	Vermelha
Fevereiro	Verde	Vermelha
Março	Amarela	Amarela
Abril	Vermelha Patamar 1	Verde
Mai	Vermelha Patamar 1	Verde
Junho	Verde	Verde
Julho	Amarela	Verde
Agosto	Vermelha Patamar 1	Verde
Setembro	Amarela	Verde
Outubro	Vermelha Patamar 2	Verde
Novembro	Vermelha Patamar 2	Amarela
Dezembro	Vermelha Patamar 1	Verde

4.2. Sobrecontratação de energia

De acordo com o Modelo Regulatório, as distribuidoras devem contratar antecipadamente 100% da energia elétrica necessária para fornecimento aos seus clientes por meio de leilões regulados pela ANEEL. Tais leilões, realizados com apoio da CCEE, ocorrem com antecedência de um a sete anos, em relação ao início do suprimento da energia contratada.

Conforme previsto na regulamentação do setor, em especial o Decreto nº 5.163/2004 se a energia contratada estiver dentro do limite de até 5% acima da necessidade total de energia da distribuidora, haverá repasse integral às tarifas do custo incorrido com a compra de energia excedente. Contudo, quando a distribuidora ultrapassar o referido limite e sendo este ocasionado de forma voluntária, fica exposta à variação entre o preço de compra e o de venda do montante excedente no mercado de curto prazo.

Durante o ano de 2016, o impacto da queda no consumo de energia em decorrência do cenário econômico desfavorável, e a crescente migração de consumidores na condição de especiais para o Ambiente de Contratação Livre - ACL, em decorrência dos baixos preços praticados no

Elektro Redes S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

mercado livre, contribuíram para que as empresas apresentassem um cenário de sobrecontratação de energia.

Adicionalmente, a ANEEL propôs uma realocação de cotas de energia a partir de janeiro de 2015, provenientes das geradoras que possuem um preço médio menor, o que contribui significativamente para um excesso de energia contratada. Com o intuito de evitar um desequilíbrio econômico-financeiro para as empresas do setor, a ANEEL, através da Resolução Normativa nº 706 de 1º de abril de 2016, informou que o efeito desta realocação de cotas será considerado como involuntário, ou seja, terá a integral cobertura tarifária.

De maneira complementar, a ANEEL regulamentou uma série de alternativas ao longo do ano de 2016 na busca pela adequação dos níveis de contratação de energia das distribuidoras. Dentre os mais relevantes encontram-se: (i) possibilidade de redução do volume contratado através de acordos bilaterais para os Contratos de Comercialização no Ambiente de Contratação Regulada – CCEARs; (ii) redução da energia contratada relativa ao consumo de clientes especiais que migrarem ao mercado livre; (iii) possibilidade aos geradores de ofertar redução dos montantes de energia provenientes de novos empreendimentos de geração através do Mecanismo de Sobras e Déficits de Energia – MCSD; (iv) a eliminação do limite de recontração do montante de reposição dos contratos de energia existentes que estão a expirar sem ônus e penalidades para as distribuidoras.

Dessa forma, a Elektro Redes, fez uso de todas as ferramentas disponíveis para o gerenciamento do seu nível de sobrecontratação e logrou êxito em mitigar qualquer impacto em seu resultado em 2016. Para o ano de 2017, a Companhia manteve uso dos mecanismos existentes para manutenção de seu portfólio contratual e não incorreu nenhum impacto por conta da sobrecontratação. Destaca-se que eventos alheios à gestão da distribuidora, tais como redução da energia proveniente de usinas cotistas, em consequência do Decreto 9.143/2017, por serem extraordinários e imprevisíveis, deverão seguir a mesma tratativa dada pela Resolução Normativa nº 706/16 pela ANEEL para garantia de repasse integral dos custos de compra de energia.

4.3. Decreto nº 8.221/14

As distribuidoras de energia elétrica enfrentaram ao longo dos anos de 2013 e 2014 uma significativa pressão sobre os seus resultados e dispêndios de caixa em decorrência da forte elevação dos custos da energia ocasionados pela: (i) elevação de preços no mercado de curto prazo devido a redução da oferta de contratos de energia a partir da não renovação de algumas concessões de usinas geradoras; (ii) condições hidro energéticas desfavoráveis à época, o que culminou no despacho das usinas térmicas com preços bem mais elevados. Diante deste cenário, o Governo Federal, dentre outras medidas, permitiu o repasse às distribuidoras de recursos provenientes do fundo da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE para neutralizar esses efeitos.

Sendo os recursos provenientes do fundo da CDE insuficientes para neutralizar a exposição das distribuidoras, foi publicado em abril de 2014 o Decreto nº 8.221, que criou a Conta no Ambiente de Contratação Regulada – CONTA-ACR, a fim de normatizar o procedimento da Câmara de

Elektro Redes S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

Comercialização de Energia Elétrica - CCEE para contratação de empréstimos junto a bancos e consequente repasse às empresas distribuidoras.

Para que a CCEE pudesse iniciar a liquidação dos seus compromissos junto aos bancos, todas as distribuidoras iniciaram o repasse nas tarifas a partir do mês de seu Reajuste ou Revisão Tarifária de 2015. Sendo assim, através da Resolução Normativa nº 2.004/15, a ANEEL homologou para a Companhia um incremento na tarifa equivalente a R\$ 27.535 por mês, que está sendo repassado à CCEE desde abril de 2015 até março de 2021, sendo atualizado periodicamente. Em 25 de abril de 2017, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória nº 2.231, que homologou para a companhia a atualização do valor, proporcionando R\$ 21.145 por mês, no período de abril de 2017 a março de 2018, e R\$ 27.535 no período de abril de 2018 a março de 2020. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia efetuou pagamentos no montante de R\$ 272.915 (R\$ 330.427 em 2016).

A CCEE vem liquidando esse compromisso financeiro com o recebimento das parcelas vinculadas ao pagamento das obrigações de cada distribuidora junto à CCEE. Essas parcelas são estabelecidas pela ANEEL para pagamento mensal de cada empresa distribuidora de energia e não possuem nenhuma vinculação com o valor de reembolso recebido por meio da operação de empréstimo captado pela CCEE. Adicionalmente, a Companhia não disponibilizou nenhuma garantia direta ou indireta para esses contratos.

4.4. Reajuste Tarifário Anual – IRT 2017

A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 2.290 de 22 de agosto de 2017, homologou o resultado do Reajuste Tarifário Anual da Companhia em 5,71%, dos quais 4,82% correspondem ao reajuste tarifário econômico e 0,89% aos componentes financeiros pertinentes.

Considerando como referência os valores praticados atualmente, o efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores da concessionária é de 10,40%, sendo de 10,27%, em média, para os consumidores conectados na Alta Tensão e de 10,47%, em média, para os consumidores conectados na Baixa Tensão.

As novas tarifas entraram em vigor a partir de 27 de agosto de 2017 com vigência até 26 de agosto de 2018.

4.5. Reajuste Extraordinário – Angra III

A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 2.214 de 28 de março de 2017, publicada no Diário Oficial da União do dia 31 de março de 2017 aprovou em processo extraordinário de ajuste nas tarifas das distribuidoras e, republicou as Tarifas de Energia (TE) e Tarifas de Uso dos Sistemas de Distribuição (TUSD), com vigência a partir de 01 de abril de 2017.

Como consequência, foi excluída da cobertura tarifária aplicada no último processo tarifário relativos ao Encargo de Energia de Reserva – EER, os valores associados à receita fixa da Usina de Angra III, ocorrendo desconto das tarifas de energia, aplicada aos clientes cativos em R\$ -45,36/MWh, sendo o efeito tarifário a ser percebido pelos consumidores em -8,89%.

Elektro Redes S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

Os efeitos da aplicação do redutor de Angra III foram contabilizados em contrapartida à CVA (Conta de Compensação de Valores da Parcela A) do ESS/ERR, uma vez que, tratou-se de uma antecipação de repasse de passivo já contabilizado na respectiva CVA e que seriam, normalmente, tratados no processo tarifário de ago/17. O valor revertido para o consumidor apurado foi de R\$ 58.250 para Elektro.

5. Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

		31/12/2017	31/12/2016
Caixa e equivalentes de caixa	(a)		
Caixa e depósitos bancários à vista		8.839	10.325
Aplicações Financeiras		492.691	888.988
Total de caixa e equivalentes de caixa		501.530	899.313
Títulos e valores mobiliários	(b)		
Aplicações Financeiras		5.646	10.716
Total de títulos e valores mobiliários		5.646	10.716
Circulante		507.147	909.833
Não circulante		29	196

(a) As aplicações financeiras da Companhia referem-se a títulos de renda fixa (Certificado de Depósitos Bancários "CDB" e Debêntures Compromissadas), com taxas pós-fixadas, indexados à variação diária dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI). Em 31 de dezembro de 2017 a rentabilidade média era de 99,42% do CDI (100,53% em 31 de dezembro de 2016). Essas aplicações apresentam liquidez e podem ser resgatadas a qualquer momento sem risco significativo de perda de valor.

(b) A Elektro Redes possui política de Tesouraria na qual são estabelecidos os critérios de aplicação dos recursos disponíveis na caixa da Companhia, sendo os principais: (i) o *rating* de crédito mínimo que as Instituições Financeiras devem ter com pelo menos uma das três Agências de Classificação de Risco (*Standard & Poor's*, *Moody's* ou *Fitch Rating*) e (ii) os limites máximos de exposição com cada instituição.

Carteira (caixa e equivalente de caixa)	31/12/2017
CDB	489.913
Deb. Compromissada	11.590
LFT	27
Total caixa e equivalentes de caixa	501.530
Carteira (caixa e equivalente de caixa)	31/12/2016
CDB	239.673
Deb. Compromissada	648.257
Fundo Investimento Santander	6.892
LFT	4.491
Total caixa e equivalentes de caixa	899.313

Elektro Redes S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

6. Contas a receber de clientes e outros

		<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Consumidores	(a)	1.012.908	874.071
Terceiros		1.012.908	874.071
Supridores de Energia	(b)	19.004	19.004
Disponibilização sistema de distribuição		276.145	230.726
Serviços taxados e administrativos		762	671
Subvenções/Subsídios governamentais	(c)	122.486	268.978
Outros créditos de terceiros		51.721	(23.392)
Terceiros		51.663	(23.456)
Partes relacionadas		58	64
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(d)	(87.076)	(98.924)
Total		1.395.950	1.271.134
Circulante		1.363.160	1.227.417
Não circulante		32.790	43.717

(a) Consumidores

		Saldos vencidos		Total		PCLD	
	Saldos vincendos	Até 90 dias	Mais de 90 dias	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Setor privado							
Residencial	134.451	119.127	33.012	286.590	238.920	(45.517)	(50.173)
Industrial	81.006	24.337	44.482	149.825	120.192	(18.092)	(23.035)
Comercial, serviços e outras	68.495	29.709	10.038	108.242	78.465	(14.451)	(15.472)
Rural	21.132	12.092	3.808	37.032	26.648	(3.392)	(3.618)
	305.084	185.265	91.340	581.689	464.225	(81.452)	(92.298)
Setor público							
Federal	2.656	300	104	3.060	2.708	(59)	(145)
Estadual	10.518	1.186	413	12.117	10.723	(235)	(588)
Municipal	22.749	2.566	893	26.208	23.193	(509)	(1.187)
	35.923	4.052	1.410	41.385	36.624	(803)	(1.920)
Iluminação pública	17.941	4.250	908	23.099	14.152	-	(81)
Serviço público	31.282	1.226	584	33.092	30.315	(282)	(1.588)
Fornecimento não faturado	333.643	-	-	333.643	328.755	-	-
Total	723.873	194.793	94.242	1.012.908	874.071	(82.537)	(95.887)
Circulante	696.999	194.793	94.242	986.034	836.609	(69.449)	(82.827)
Não circulante	26.874	-	-	26.874	37.462	(13.088)	(13.060)

As contas a receber de consumidores do não circulante representam os valores resultantes da consolidação de parcelamentos de débitos, com vencimento futuro, cobrados em contas de energia. Incluem juros e multa calculados *pró-rata temporis*.

(b) Supridores de Energia

O saldo dos supridores refere-se a transações no âmbito da CCEE no período do racionamento de energia elétrica, entre 2000 e 2002, sendo: (i) R\$ 14.995 referentes a liminares interpostas junto à CCEE por agentes do setor; e (ii) R\$ 4.009 referentes a acordos bilaterais em

Elektro Redes S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais)

negociação, e estão registrados no ativo não circulante. De acordo com análise realizada pelos assessores jurídicos da Companhia no âmbito da discussão judicial dos títulos em aberto, é improvável a não realização destes valores.

(c) Subvenções

Os valores de subvenção estão discriminados conforme abaixo:

(c.1) Baixa Renda – Tarifa Social:

O Governo Federal, por meio das Leis nºs 12.212 e 10.438, determinou a aplicação da tarifa social de baixa renda com a finalidade de contribuir para a modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica aos consumidores finais integrantes da subclasse residencial baixa renda.

O saldo a receber em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 8.520 e refere-se aos meses de outubro e novembro de 2017 (R\$ 61.430 em 31 de dezembro de 2016).

(c.2) CDE:

Em 18 de abril de 2017, foi emitida a Resolução Homologatória ANEEL nº 2.290/2017 aprovando o valor mensal de R\$ 27.987 a ser repassado pela CCEE durante o período de agosto de 2017 a julho de 2018.

O saldo a receber em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 113.965 (R\$ 207.548 em 31 de dezembro de 2016).

(d) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa “PCLD”

	Consumidores	Outros créditos	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2016	(77.867)	(2.514)	(80.381)
Adições	(93.763)	(759)	(94.522)
Reversões	9.351	236	9.587
Baixa para perdas (incobráveis)	66.392	-	66.392
Saldos em 31 de dezembro de 2016	(95.887)	(3.037)	(98.924)
Adições	(85.467)	(1.505)	(86.972)
Reversões	4.727	3	4.730
Baixa para perdas (incobráveis)	94.090	-	94.090
Saldos em 31 de dezembro de 2017	(82.537)	(4.539)	(87.076)

7. Impostos e contribuições a recuperar

		31/12/2017	31/12/2016
Imposto de renda – IR	(a)	21.878	41.536
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	(a)	4.570	14.267
Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS		104.777	104.328
Programa de integração social - PIS	(b)	2	2.007

Elektro Redes S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	(b)	9	9.048
Total		131.236	171.186
Circulante		46.231	87.645
Não circulante		85.005	83.541

(a) Correspondem aos valores de saldos negativos de IRPJ e CSLL dos exercícios corrente e anteriores, composto por antecipações, retenções de instituições financeiras, órgãos públicos e prestadores de serviços, atualizados pela taxa SELIC.

(b) PIS e COFINS a compensar decorrente do regime de apuração não cumulativo, no montante de R\$ 11 (R\$ 11.055 em 31 de dezembro de 2016).

8. Valores a compensar/(devolver) da parcela A e outros itens financeiros

		31/12/2017						
		Circulante			Não Circulante			
		Ativo	Passivo (-)	Total Ativo/ (Passivo)	Ativo	Passivo (-)	Total Ativo/ (Passivo)	Total Líquido
CVA								
Energia	(a)	443.458	-	443.458	365.434	-	365.434	808.892
Encargo Serviços Sistema - ESS	(b)	-	(175.322)	(175.322)	-	(108.763)	(108.763)	(284.085)
Neutralidade dos encargos setoriais		56.740	-	56.740	27.093	-	27.093	83.833
Outras CVA's		40.867	(116.086)	(75.219)	35.124	(21.371)	13.753	(61.466)
Outros Itens Financeiros								
Repasse de Sobrecontratação	(c)	2.061	(32.447)	(30.386)	-	(45.425)	(45.425)	(75.811)
Outros itens financeiros		-	-	-	5.381	(152.636)	(147.255)	(147.255)
		543.126	(323.855)	219.271	433.032	(328.195)	104.837	324.108
		31/12/2016						
		Circulante			Não Circulante			
		Ativo	Passivo (-)	Total Ativo/ (Passivo)	Ativo	Passivo (-)	Total Ativo/ (Passivo)	Total Líquido
CVA								
Energia	(a)	3.332	(171.016)	(167.684)	4.664	(32.199)	(27.535)	(195.219)
Encargo Serviços Sistema. - ESS	(b)	-	(77.549)	(77.549)	-	(48.510)	(48.510)	(126.059)
Neutralidade dos encargos setoriais		100.213	-	100.213	48.396	-	48.396	148.609
Outras CVA's		33.778	(82.528)	(48.752)	8.321	(29.423)	(21.102)	(69.852)
Outros Itens Financeiros								
Energia Eletronuclear		176	-	176	-	-	-	176
Repasse de Sobrecontratação	(c)	89.271	-	89.271	104.534	-	104.534	193.805
Outros itens financeiros		-	(1.180)	(1.180)	-	(124.847)	(124.847)	(126.027)
		226.770	(332.273)	(105.505)	165.915	(234.979)	(69.064)	(174.569)

(a) Energia

O saldo de energia no exercício findo de 31 de dezembro de 2017 foi motivado principalmente pelo alto custo com Risco Hidrológico durante o período.

Elektro Redes S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

(b) Encargo de Serviço Sistema – ESS

A Companhia apurou a CVA de ESS/EER, no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, e reconheceu um passivo no valor total atualizado de R\$ 284.085, decorrente dos custos incorridos realizados abaixo à cobertura tarifária ANEEL, e da amortização dos saldos homologados nos processos de reajuste tarifário.

(c) Repasse de Sobrecontratação

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia reconheceu um passivo atualizado de sobrecontratação no valor de R\$ 75.811, relativo à compra de energia decorrente das exposições, recontabilizações e liquidação de sobras no mercado de curto prazo.

9. Impostos e contribuições correntes e diferidos

		31/12/2017	31/12/2016
Imposto de renda e contribuição social			
Total diferença entre ativo e passivo	(a)	(2.535)	42.485
Diferido ativo		81.445	111.914
Diferido passivo		(83.980)	(69.429)
Benefício fiscal do ágio e reversão da PMIPL *		507.673	559.075
Total		505.138	601.560
Ativo		505.138	601.560

(a) Imposto de renda e contribuição social diferido

Ativo	31/12/2017		31/12/2016	
	Base de cálculo	Tributo diferido	Base de cálculo	Tributo diferido
Imposto de renda				
Diferenças temporárias	-	-	91.879	31.239
Contribuição Social				
Diferenças temporárias	-	-	33.077	11.246
Total		-		42.485
Passivo	31/12/2017		31/12/2016	
	Base de cálculo	Tributo diferido	Base de cálculo	Tributo diferido
Imposto de renda				
Diferenças temporárias	(5.482)	(1.864)	-	-
Contribuição Social				
Diferenças temporárias	(1.974)	(671)	-	-
Total		(2.535)		-

Elektro Redes S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais)

A base de cálculo dos tributos diferidos é composta como segue:

Ativo	31/12/2017		31/12/2016	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	87.076	87.076	98.924	98.924
Provisão para passivo atuarial	6.162	6.162	2.244	2.244
Provisão contingências	75.312	75.312	81.649	81.649
Benefício Fiscal do Ágio	1.493.155	1.493.155	1.644.340	1.644.340
Outros	(176.005)	(176.005)	(57.863)	(57.863)
Total Ativo	1.485.700	1.485.700	1.769.294	1.769.294
Total Líquido	1.485.700	1.485.700	1.769.294	1.769.294

(b) Imposto de renda e contribuição social corrente

A seguir é apresentada reconciliação da (receita) despesa dos tributos sobre a renda divulgados e os montantes calculados pela aplicação das alíquotas oficiais em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

	31/12/2017		31/12/2016	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	537.872	537.872	477.769	477.769
Juros sobre o capital próprio	(96.976)	(96.976)	(138.667)	(138.667)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	440.896	440.896	339.102	339.102
Alíquota nominal dos tributos	15%	9%	15%	9%
Alíquota adicional sobre o valor excedente a R\$ 240/ano	10%	-	10%	-
	(110.200)	(39.681)	(84.752)	(30.519)
Efeito das (adições) exclusões no cálculo do tributo				
Permanentes - despesas ineditáveis e multas	(12.380)	(4.272)	(11.519)	(4.148)
Incentivos fiscais e outros	3.086	-	4.240	617
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(119.494)	(43.953)	(92.031)	(34.050)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(49.575)	(18.782)	(13.889)	(5.918)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(69.919)	(25.171)	(78.142)	(28.132)
Total	(119.494)	(43.953)	(92.031)	(34.050)

(c) Benefício Fiscal – mais valia incorporado

O benefício fiscal apurado refere-se ao crédito fiscal calculado sobre mais valia de aquisição incorporada.

Elektro Redes S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

O benefício fiscal do ágio incorporado está registrado conforme determinado pela ANEEL e Instruções nº 319/99 e nº 349/01 da CVM, sendo que os registros contábeis mantidos para fins societários e fiscais encontram-se em contas específicas de benefício fiscal do ágio incorporado e provisão, com as correspondentes amortização e reversão.

	Iberdrola	Terraço
Saldos em 01 de janeiro de 2016	537.410	73.319
Amortização acumulada	(124.785)	(27.132)
Reversão acumulada	82.358	17.907
Saldos em 31 de dezembro de 2016	494.983	64.094
Amortização	(124.785)	(26.399)
Reversão	82.358	17.424
Saldos em 31 de dezembro de 2017	452.556	55.119

O benefício fiscal do ágio referente à incorporação da Iberdrola Energia do Brasil Ltda. vem sendo realizado linearmente até o final da concessão, baseado em premissas de resultado futuro que foram apresentadas e anuídas pela ANEEL. O benefício fiscal do ágio referente à incorporação da Terraço ocorrida em 1998, possui sua realização mediante percentuais oficializados em 23 de dezembro de 2003 pela ANEEL, através do Ofício nº 2.182/2003, definidos com base no prazo da concessão e na expectativa de recuperação indicada pelas projeções de resultados tributáveis apresentadas pela Companhia ao órgão regulador naquela época, conforme curva abaixo:

Ano	Fatores	Ano	Fatores	Ano	Fatores
2018	2,29%	2022	1,47%	2026	0,94%
2019	2,00%	2023	1,25%	2027	0,81%
2020	1,56%	2024	0,99%	2028	0,60%
2021	1,51%	2025	0,96%		

10. Concessão de serviço público

10.1. Ativo financeiro

O cálculo do valor dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados, para fins de indenização, deve utilizar como base a metodologia do Valor Novo de Reposição (VNR), aplicado sobre o saldo residual dos ativos que compõem a Base de Remuneração Regulatória (BRR) ao final do prazo contratual da concessão.

Dessa forma, o ativo financeiro da concessão é composto pelo valor residual dos ativos da BRR do 3º Ciclo de Revisão Tarifária, devidamente movimentado por adições, baixas, transferências, depreciações e atualizações.

Elektro Redes S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais)

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 a movimentação dos saldos referentes ao ativo indenizável da Concessão está assim apresentada:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Saldos iniciais em 01 de janeiro	1.074.026	907.123
Adições	1.119	912
Baixas	(6.820)	(11.070)
Transferências (a)	201.966	117.222
Atualização monetária / valor justo	37.149	59.839
Saldos finais	<u>1.307.440</u>	<u>1.074.026</u>

(a) Transferência do intangível em curso em decorrência do reconhecimento de novos ativos incorporados no exercício.

O ativo financeiro da concessão é remunerado ao seu valor justo mais o custo médio ponderado do capital (WACC) regulatório, incluído na tarifa e reconhecido no resultado mediante faturamento aos consumidores. A realização do WACC sobre a totalidade da infraestrutura ocorre através do faturamento das contas de energia elétrica. Adicionalmente, para estimar o valor da indenização ao final da concessão, o valor residual do ativo financeiro é atualizado a valor justo utilizando a Base de Remuneração Regulatória (BRR) estabelecida a cada revisão tarifária. As variações anuais, que refletem as alterações na expectativa de fluxo de caixa nos anos em que não há revisão tarifária é capturada através da aplicação ao ativo financeiro da variação do IPCA, considerado pela Companhia como a melhor estimativa dessa variação, cuja contrapartida é registrada no resultado do exercício.

10.2. Intangível

Em 2017, foi incorporado ao ativo intangível, a título de custos de empréstimos capitalizados, o montante de R\$ 6.648 (R\$ 7.101 em 2016)

Por natureza, o intangível está constituído da seguinte forma:

	<u>31/12/2017</u>			<u>31/12/2016</u>
	<u>Custo</u>	<u>Amortização acumulada</u>	<u>Obrigações especiais</u>	<u>Valor líquido</u>
Em serviço				
Direito de uso da concessão	2.900.571	(1.036.702)	(420.186)	1.443.683
Em curso				
Direito de uso da concessão.	493.514	-	(26.600)	466.914
Total	<u>3.394.085</u>	<u>(1.036.702)</u>	<u>(446.786)</u>	<u>1.910.597</u>

Elektro Redes S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

A movimentação do saldo do intangível está demonstrada a seguir:

	Em serviço				Em curso			Total
	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido	Custo	Obrigações especiais	Valor Líquido	
Saldos em 01 de janeiro de 2016	2.609.356	(740.104)	(398.272)	1.470.980	357.976	(45.660)	312.316	1.783.296
Adições	-	-	(15)	(15)	426.252	(17.700)	408.552	408.536
Baixas	(57.883)	22.698	805	(34.380)	-	-	-	(34.379)
Amortizações	-	(168.493)	-	(168.493)	-	-	-	(168.493)
Transferências - Intangíveis	178.807	-	(17.811)	160.996	(316.491)	38.273	(278.218)	(117.222)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	2.730.280	(885.899)	(415.293)	1.429.088	467.737	(25.087)	442.650	1.871.738
Adições	-	-	811	811	447.103	(14.696)	432.407	433.218
Baixas	(41.590)	21.930	-	(19.660)	-	-	-	(19.660)
Amortizações	-	(172.733)	-	(172.733)	-	-	-	(172.733)
Transferências - Intangíveis	211.881	-	(5.704)	206.177	(421.326)	13.183	(408.143)	(201.966)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	2.900.571	(1.036.702)	(420.186)	1.443.683	493.514	(26.600)	466.914	1.910.597

11. Fornecedores

	31/12/2017	31/12/2016
Energia elétrica	520.335	286.255
Terceiros	505.335	275.957
Partes relacionadas	15.000	10.298
Encargos de uso da rede	104.231	41.703
Terceiros	104.130	41.694
Partes relacionadas	101	9
Materiais e serviços	85.774	90.457
Terceiros	85.774	88.664
Partes relacionadas	-	1.793
Total	710.340	418.415
Circulante	710.340	418.415

Elektro Redes S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

12. Empréstimos e financiamentos, debêntures e instrumentos financeiros derivativos

Empréstimos e Financiamentos	31/12/2017			31/12/2016
	Dívida	Instrumentos Financ. Derivativos	Total	Total
Moeda nacional				
BNDES	457.949	-	457.949	517.061
CEF	5.128	-	5.128	5.743
ELETROBRÁS	31.754	-	31.754	44.401
FINEP	18.344	-	18.344	30.716
Nota Promissória	361.509	-	361.509	-
Arrendamento Mercantil	10.036	-	10.036	11.208
(-) Custos de transação	(2.722)	-	(2.722)	(1.436)
Total Moeda Nacional	881.998	-	881.998	607.693
Circulante	494.566	-	494.566	115.885
Não Circulante	387.432	-	387.432	491.808
Moeda estrangeira				
BANCO TOKYO	378.127	(5.819)	372.308	254.277
MIZUHO	99.301	(5.381)	93.920	188.358
Non Deriverable Forward – NDF	-	5	5	-
CITIBANK	218.221	(30.360)	187.861	188.825
BEI	700.409	(132.773)	567.636	447.711
(-) Custos de transação	-	-	-	(786)
Total Moeda Estrangeira	1.396.058	(174.328)	1.221.730	1.078.385
Circulante	462.325	(45.600)	416.725	300.277
Não Circulante	933.733	(128.728)	805.005	778.108
Total Empréstimos e Financiamentos				
Circulante	956.891	(45.600)	911.291	416.162
Não Circulante	1.321.165	(128.728)	1.192.437	1.269.916
Debêntures				
Elektro	700.525	-	700.525	884.477
(-) Custos de transação	(527)	-	(527)	(690)
Total Debêntures	699.998	-	699.998	883.787
Circulante	169.904	-	169.904	213.980
Não Circulante	530.094	-	530.094	669.807
Endividamento Total	2.978.054	-	2.803.726	2.569.865
Endividamento Total - Circulante	1.126.795	-	1.081.195	630.142
Endividamento Total - Não Circulante	1.851.259	-	1.722.531	1.939.723

Conciliação de passivos resultantes das atividades de financiamentos

	31/12/2015	Adições	Fluxo de caixa		Outros	Alterações em não caixa	31/12/2016	Adições	Baixas	Outros	Alterações em não caixa	31/12/2017
			Baixas									
Empréstimos e financiamentos	1.652.157	291.088	(441.492)	411.291	(226.966)	1.686.078	798.145	(517.612)	83.932	53.185		2.103.728
Debêntures	1.077.522	-	(323.034)	79.157	50.142	883.787	-	-256.386	51.614	20.983		699.998
Obrigações vinculadas		17.715				17.715	13885					31.600

Elektro Redes S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

12.1. Empréstimos e financiamentos

A mutação dos empréstimos e financiamentos e dos seus respectivos instrumentos financeiros derivativos é a seguinte:

	Moeda nacional		Moeda estrangeira		Total
	Passivo Circulante	Passivo Não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	
Saldos em 01 de janeiro de 2016	97.613	484.250	190.181	880.113	1.652.157
Ingressos	-	110.938	-	180.150	291.088
Encargos	35.347	-	32.892	-	68.239
Variação monetária e cambial	1.079	13.436	(84.630)	(156.851)	(226.966)
Swap	-	-	115.477	229.812	345.289
Efeito cumulativo marcação a mercado	-	-	-	-	-
Transferências	115.596	(115.596)	354.679	(354.679)	-
Amortizações e pagamentos de juros	(133.534)	-	(307.958)	-	(441.492)
(-) Movimentação depósitos em garantia	-	-	-	-	-
(-) Custos de transação	(217)	(1.221)	(363)	(436)	(2.237)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	115.884	491.807	300.278	778.109	1.686.078
Ingressos	351.606	18.608	-	427.931	798.145
Encargos	46.973	-	49.188	-	96.161
Variação monetária e cambial	328	13.098	22.313	(11.385)	24.354
Swap	-	-	(26.583)	15.268	(11.315)
Efeito cumulativo marcação a mercado	-	-	(2.562)	31.393	28.831
Transferências	135.385	(135.385)	436.311	(436.311)	-
Amortizações e pagamentos de juros	(155.020)	-	(362.592)	-	(517.612)
(-) Movimentação depósitos em garantia	-	-	-	-	-
(-) Custos de transação	(590)	(696)	372	-	(914)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	494.566	387.432	416.725	805.005	2.103.728

A seguir apresentamos as captações efetuadas no exercício:

Financiadores	Vencimento	Encargos Financeiros Anuais - %	Valor Captado (R\$)
BNDES	15/12/2023	TJLP	1.000
BNDES	15/06/2023	TJLP + 2,36%	5.455
BNDES	15/06/2023	SELIC + 2,44%	4.895
BNDES	17/06/2024	TJLP + 2,36%	1.238
BNDES	17/06/2024	SELIC + 2,44%	1.238
BNDES	15/06/2023	TJLP + 2,06%	3.164
Notas Promissórias	03/08/2018	105% CDI	350.000
BEI	05/07/2027	2,97%	148.869
Banco de Tokyo	26/05/2020	Até 23/05/2018: 2,3150% e A partir de 24/05/2018: 2,4150%	163.250
Banco de Tokyo	23/12/2020	Até 21/12/2018 2,6025% e A partir de 21/12/2018: 2,7025%	115.850
IBM	03/08/2019	CDI – 0,80%	3.186
			798.145

Elektro Redes S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

Os vencimentos das parcelas do não circulante são os seguintes:

	31/12/2017			31/12/2016		
	Dívida	Custos transação	Total líquido	Dívida	Custos transação	Total líquido
2018	-	-	-	505.619	(341)	505.278
2019	226.131	(392)	225.739	149.615	(254)	149.361
2020	340.008	(367)	339.641	122.930	(230)	122.700
2021	136.593	(367)	136.226	116.888	(230)	116.658
2022	132.190	(367)	131.823	112.477	(230)	112.247
Após 2022	359.455	(447)	359.008	264.045	(373)	263.672
Total obrigações	1.194.377	(1.940)	1.192.437	1.271.574	(1.658)	1.269.916

Condições restritivas financeiras (covenants)

Os contratos mantidos com diversos credores contêm cláusulas restritivas que requerem a manutenção de determinados índices financeiros com parâmetros pré-estabelecidos apurados com base nas demonstrações financeiras da Companhia. Esses índices financeiros são: Endividamento Líquido/EBITDA, Dívida Líquida/PL e EBITDA/ Despesa Financeira.

12.2. Debêntures

A mutação das debêntures e dos seus respectivos instrumentos financeiros vinculados é a seguinte:

	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2016	259.360	818.162	1.077.522
Encargos	79.847	-	79.847
Variação monetária e cambial	-	50.142	50.142
Transferências	198.039	(198.039)	-
Amortizações e pagamentos de juros	(323.034)	-	(323.034)
(-) Custos de transação	(232)	(458)	(690)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	213.980	669.807	883.787
Encargos	52.142	-	52.142
Variação monetária e cambial	924	20.059	20.983
Transferências	159.392	(159.392)	-
Amortização e pagamentos de juros	(256.386)	-	(256.386)
(-) Custos de transação	(148)	(380)	(528)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	169.904	530.094	699.998

Os vencimentos das parcelas do não circulante são os seguintes:

	31/12/2017			31/12/2016		
	Debêntures	Custos transação	Total líquido	Debêntures	Custos transação	Total líquido
2018	-	-	-	154.519	(139)	154.380
2019	69.800	(97)	69.702	67.861	(106)	67.755
2020	153.558	(106)	153.452	149.295	(106)	149.189
2021	153.558	(106)	153.452	149.295	(106)	149.189
2022	153.558	(71)	153.488	149.365	(71)	149.294
Após 2022	-	-	-	-	-	-
Total	530.474	(380)	530.094	670.335	(528)	669.807

Elektro Redes S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

Condições restritivas financeiras (*covenants*)

A Companhia possui debêntures que contém cláusulas relacionadas à *covenants* não financeiros, tais como a alteração de controle acionário e inadimplemento, e *covenants* financeiros, que estabelecem indicadores financeiros como Endividamento Líquido/EBITDA e EBITDA/Despesa Financeira.

13. Salários e encargos a pagar

	31/12/2017	31/12/2016
Salários	28	71
Encargos sociais	15.017	14.473
Provisões de férias e 13º salário	24.350	22.881
Encargos sobre provisões de férias e 13º salário	2.054	1.950
Provisão para participação nos lucros e resultados (a)	24.997	24.132
Outros	1.374	2.866
Total	67.820	66.375

(a) A Companhia mantém o programa de participação dos empregados nos lucros e resultados, baseado em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas.

14. Encargos setoriais

	31/12/2017	31/12/2016
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE (a)	154.115	333.921
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT (b)	1.952	181
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D (b)	44.136	33.606
Programa de Eficientização Energética – PEE (b)	42.727	33.187
Ministério de Minas e Energia – MME	1.986	228
Total	244.916	401.123
Circulante	183.972	381.360
Não circulante	60.944	19.763

(a) Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)

Tem o objetivo de promover o desenvolvimento energético dos Estados e a competitividade da energia produzida, a partir de fontes alternativas, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, permitindo a universalização do serviço de energia elétrica.

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo em aberto refere-se às quotas mensais definitivas de CDE - Uso no valor de R\$ 33.760; CDE-ENERGIA no valor de R\$ 15.413 conforme Resolução nº 2.018 de 02/2016 e CDE-CONTA ACR no valor de R\$ 21.145 conforme Resolução nº 2.231 de 04/2017.

Elektro Redes S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

(b) Programas de Eficientização Energética (PEE) – Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) – Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT)

O contrato de concessão estabelece a obrigação da Companhia de aplicar 1% da receita operacional líquida regulatória em Programas de Eficiência Energética e de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), sendo que parte deve ser recolhida ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e, também ao Ministério de Minas e Energia (MME).

A partir de 03 de maio de 2016, por meio da lei nº 13.280, foi definido que 80% do percentual destinado ao Programa de Eficiência Energética será aplicado pelas próprias concessionárias conforme regulamentos estabelecidos pela ANEEL, e os demais 20% serão destinados ao Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (Procel).

A atualização das parcelas referentes a PEE e P&D é efetuada mensalmente pela taxa de juros da SELIC.

15. Impostos e contribuições a recolher

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Imposto de Renda – IR	1.186	50
Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS	141.011	123.382
Programa de Integração Social – PIS	11.849	6.116
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	54.116	27.965
Imposto sobre Serviços – ISS	29	30
Impostos e contribuições retidos na fonte	2.637	2.212
Total	<u>210.828</u>	<u>159.755</u>
 Circulante	 210.828	 159.755

16. Provisões e depósitos judiciais

A Companhia é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas operações. Além dos processos judiciais, a Elektro Redes também tem parte em processos administrativos com a ANEEL, cuja provisão é classificada como Regulatória.

Para constituição das provisões, a Companhia considera a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração da Companhia consubstanciada na opinião de seus consultores legais quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas.

O passivo em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caibam mais recursos, ou a sua prescrição.

Elektro Redes S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais)

As provisões constituídas estão compostas como segue:

	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Regulatórias	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2016	32.528	151.114	35.351	20.726	239.719
Adição	16.819	24.701	119	6.776	48.415
Reversão	(4.106)	(118.193)	(60)	(9.903)	(132.262)
Pagamento/Indenizações	(10.813)	(13.298)	(22)	(2.234)	(26.367)
Atualização	7.313	2.736	3.691	3.022	16.762
Saldos em 31 de dezembro de 2016	41.741	47.060	39.079	18.387	146.267
Adição	11.122	20.193	182	3.253	34.750
Reversão	(7.276)	(18.781)	(274)	(3.835)	(30.166)
Pagamento/Indenizações	(20.847)	(14.397)	(82)	(7.056)	(42.382)
Atualização	7.708	16.574	3.107	225	27.614
Saldos em 31 de dezembro de 2017	32.448	50.649	42.012	10.974	136.083
Não circulante	32.448	50.649	42.012	10.974	136.083

Trabalhistas

Referem-se às ações movidas por empregados e ex-empregados contra a Companhia, envolvendo os pedidos de horas-extras, adicional de periculosidade, equiparação/reenquadramento salarial, discussão sobre plano de cargos e salários e outras e também, ações movidas por ex-empregados de seus empreiteiros (responsabilidade subsidiária e/ou solidária) envolvendo o pedido de parcelas indenizatórias e outras. Além dos valores provisionados, a Companhia possui um total estimado de R\$ 40.917 (R\$ 19.048 em 31 de dezembro de 2016) em processos trabalhistas com expectativa de perda possível.

Os valores são atualizados monetariamente pela variação da Taxa Referencial (TR) índice de atualização de processos trabalhistas divulgado pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, acrescidos de juros de 1% a.m.

Cíveis

Referem-se às ações de natureza comercial e indenizatória, movidas por pessoas físicas e jurídicas, envolvendo questionamento de clientes a respeito do faturamento regular ou de procedimento irregular, contratos administrativos e multa contratual, indenização por acidentes com a rede de energia elétrica e acidentes com veículos, bem como questões relativas às normas específicas do setor, repetição de indébito, acidentes, danos materiais e/ou danos morais, entre outros. Além dos valores provisionados, a Companhia possui um total estimado de R\$ 167.243 (R\$ 178.400 em 31 de dezembro de 2016) em ações cíveis de naturezas diversas com expectativa de perda possível.

A Elektro Redes possui ações de cobrança movidas por concessionárias de rodovias estaduais e outras partes envolvidas visando impedir a Companhia de atuar livremente para a instalação de infraestrutura de distribuição de energia em faixas intermediárias e laterais das rodovias, livre de qualquer ônus. Diante deste cenário, a Companhia adotou medidas judiciais competentes em face do Departamento de Estradas e Rodagem do Estado de São Paulo (DER) e respectivas concessionárias. Nas ações em que o tema é discutido, há decisões favoráveis e desfavoráveis julgadas em diferentes instâncias, assim até setembro de 2016, a Companhia possuía provisão

Elektro Redes S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

constituída para esse processo. Considerando a evolução da jurisprudência sobre o tema, especialmente, o julgamento da ADIN nº 2.418 pelo STF, cujo acórdão foi publicado em outubro de 2016; e julgamentos favoráveis no mérito, pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, em dezembro de 2016, de recursos reconhecendo a ilegalidade da cobrança pelo uso da faixa de domínio ocorrido, bem como diante das perspectivas de êxito possível determinadas pelos assessores jurídicos do caso, a Companhia efetuou em 2016 a reversão da provisão constituída para essa finalidade. Durante o ano de 2017 não ocorreu nenhum fato novo que alterasse o andamento do processo, desta forma, em 31 de dezembro de 2017, a probabilidade de êxito, na opinião dos advogados responsáveis pelo caso, é classificada como possível. Adicionalmente, em 2007 o Ministério Público do Trabalho ajuizou Ação Civil Pública que visa proibir a Elektro Redes de terceirizar suas atividades fim. Já houve decisões de primeira e segunda instância desfavoráveis à Companhia. Foi apresentado recurso ao TST, todavia a decisão tomada pelas instâncias anteriores foi mantida. A Companhia interpôs recurso ao STF e, considerando que a Corte reconhece a repercussão geral da matéria, na opinião dos advogados responsáveis pelo caso e pelos razoáveis argumentos para reversão da decisão, o atual prognóstico de perda do caso é possível.

Dentre as ações cíveis, há ações de desapropriação e servidões que são decorrentes de divergências entre o valor de avaliação da Elektro Redes e o pleiteado pelo proprietário do imóvel. Referem-se ao pagamento por desapropriações e/ou quando a documentação do proprietário não apresenta condições de registro (inventários em andamento, propriedades sem matrículas, etc.), bem como as obrigações de pagamento da CESP, transferidas para a Elektro Redes no processo de privatização da Companhia.

Os valores são atualizados monetariamente pela variação do INPC, acrescidos de juros de 1% a.m.

Fiscais

Referem-se às discussões relativas às exigências fiscais nos âmbitos federal, estadual e municipal. Dentre o total provisionado, destaca-se o Mandado de Segurança impetrado em 5 de dezembro de 2007 à EPC - Empresa Paranaense Comercializadora Ltda. sucedida pela Companhia, para não pagar PIS e COFINS sobre a receita de juros sobre capital próprio. O processo aguarda julgamento de recurso em virtude de decisão de 2ª instância que lhe foi desfavorável. O valor provisionado em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 39.767 (R\$ 37.166 em 2016). Os valores são atualizados monetariamente pela variação da taxa SELIC.

Além dos valores provisionados, a Companhia possui R\$ 2.224.656 (R\$ 2.108.373 em 31 de dezembro de 2016) em ações tributárias classificadas como perda possível. Em dezembro de 2016 a Companhia recebeu um auto de infração no valor de R\$ 1.205.431, lavrado pela Receita Federal do Brasil relativo ao imposto de renda decorrente do ganho de capital originado a partir da operação societária com a aquisição do controle societário da Elektro Redes pelo acionista da época, Iberdrola S.A., ocorrida em 2011. A Elektro Redes apresentou sua impugnação e, em julgamento de primeira instância administrativa, o auto de infração foi totalmente anulado. Os autos do processo atualmente encontram-se pendentes de julgamento de recurso de ofício em segunda instância administrativa. Em dezembro de 2017, a Companhia recebeu auto de infração no valor de R\$ 51.400, relativo à cobrança de imposto de renda e contribuição social sobre o

Elektro Redes S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

lucro líquido sobre a amortização de ágio do período de 2012 e 2013 gerado por ocasião da aquisição da Companhia em 2011. A Elektro Redes apresentou impugnação administrativa, a qual encontra-se pendente de julgamento. A probabilidade de êxito, na opinião dos advogados responsáveis pelos casos, é classificada como possível.

Regulatórias

Referem-se a provisões administrativas diretamente relacionadas com indicadores de desempenho da ANEEL e penalidades referentes à contratação do Montante de Uso do Sistema de Transmissão (MUST).

Depósitos judiciais

Correlacionados às provisões e passivos contingentes, a Companhia é exigida por lei a realizar depósitos judiciais para garantir potenciais pagamentos de contingência. Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e registrados no ativo não circulante da Companhia até que aconteça a decisão judicial de resgate destes depósitos por uma das partes envolvidas.

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Trabalhistas	39.614	75.804
Cíveis	10.170	8.233
Fiscais	37.654	42.675
Outros	640	648
Total	<u>88.078</u>	<u>127.360</u>

17. Outros passivos

		<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Consumidores	(a)	9.779	7.921
Plano de saúde		2.691	6.745
Contribuição para custeio do serviço de iluminação pública – COSIP	(b)	16.837	15.707
Convênios		991	888
Caução em garantia		40	40
Plano de incentivo de longo prazo		12.938	9.934
Fundo Educacional		5.334	5.015
Outros		26.405	21.645
		<u>75.015</u>	<u>67.895</u>
Circulante		65.379	58.313
Não circulante		9.636	9.582

(a) Obrigações perante consumidores de energia elétrica decorrentes de devolução de universalização, contas pagas em duplicidade, ajustes de faturamento e outros.

(b) COSIP – Corresponde a valores arrecadados de iluminação pública, a serem repassados às Prefeituras.

Elektro Redes S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais)

18. Patrimônio líquido

Capital Social

O capital social autorizado da Companhia em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 952.492.

A composição do capital social realizado por classe de ações, sem valor nominal, segregado entre os principais acionistas, para o exercício dos períodos de 2016 e 2017, é a seguinte:

Acionistas/ Quantidade Ações vs R\$	Ordinárias*	R\$	Preferenciais*	R\$	Total	R\$
Neoenergia S.A .	91.856	451.550	101.280	497.876	193.135	949.425
Acionistas minoritários	25	124	599	2.943	624	3.067
Total	91.881	451.674	101.879	500.819	193.759	952.492

* Lote de mil ações.

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. As ações preferenciais, não possuem direito de voto, ficando assegurada prioridade na distribuição de dividendos, que serão no mínimo 10% (dez por cento) superiores aos atribuídos às ações ordinárias, conforme artigo 5º do Estatuto Social da Companhia.

Em 24 de agosto de 2017, foi consumada a incorporação da Elektro Holding pela Neoenergia (vide nota explicativa 1) até então controladora da Elektro Redes.

Lucro por ação

O cálculo do lucro básico e diluído por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 foi baseado no lucro líquido do exercício e o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante os exercícios apresentados, conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2017	31/12/2016
Lucro líquido do exercício	374.425	351.688
Média ponderada das ações emitidas**	203.947	203.947
Lucro básico e diluído por ação – R\$	1,8357	1,7244

** Considera adicional de 10% das ações preferenciais

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 a Companhia não possuía instrumentos financeiros conversíveis em ações, logo o lucro básico e diluído por ação é o mesmo.

Elektro Redes S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais)

Reservas de Capital**Reserva Especial de Ágio**

O valor registrado de R\$ 765.882 (R\$ 765.882 em 31 de dezembro de 2016) é composto principalmente por:

- (i) ágio incorporado da Iberdrola Energia do Brasil, no valor de R\$ 689.440; e
- (ii) acervo líquido incorporado da EPC, no valor de R\$ 25.903.

Reservas de Lucros

O resultado da Companhia, deduzido da distribuição de dividendos intermediários e juros sobre capital próprio, foi destinado a reserva de lucros.

(i) Reserva Legal

A constituição da Reserva Legal é obrigatória, até os limites estabelecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do Capital Social, condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital. Em 31 de dezembro de 2017 a reserva de lucros, somada às demais reservas, superaram 30% do capital social.

Dividendos e juros sobre capital próprio

O Conselho de Administração e/ou Assembleia de Acionistas da Companhia aprovaram a declaração de dividendos propostos e juros sobre capital próprio da seguinte forma:

Deliberação	Provento	Valor deliberado	Valor por ação	
			ON	PN
2017				
RCA de 12 de setembro de 2017	Dividendos intermediários 2017	139.557	0,68428089	0,75270898
RCA de 12 de setembro de 2017	JSCP intermediários 2017	96.976	0,47549656	0,52304621
		236.533		
2016				
RCA de 17 de fevereiro de 2017 retificada pela AGO de 07 de abril de 2017	Dividendos 2016	108.498	0,53199277	0,58519204
RCA de 14 de outubro de 2016	JSCP intermediários 2016	138.667	0,67991762	0,74790938
RCA de 13 de julho de 2016	Dividendos intermediários 2016	104.398	0,51189053	0,56307382
		351.563		

Elektro Redes S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

Conforme seu Estatuto Social, as ações ordinárias e preferenciais, sem valor nominal, têm direito a dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado, nos termos da Lei nº 6.404/76.

A base de cálculo para os dividendos distribuídos é como segue:

	31/12/2017	31/12/2016
<u>Dividendos</u>		
Lucro líquido no exercício	374.425	351.688
Reversão avaliação atuarial - Plano de pensão	2.586	(125)
Reserva de retenção de lucro	(140.477)	-
Lucro líquido a distribuir (base para cálculo do dividendo)	236.534	351.563
Média ponderada do número de ações ordinárias	91.881	91.881
Média ponderada do número de ações preferenciais ajustadas (+10%)	112.066	112.066
Valor por ação ordinária	1,159782	1,72441
Valor por ação preferencial	1,275768	1,89685

A movimentação dos saldos de dividendos e juros sobre capital próprio a pagar é como segue:

	2017	2016
Saldos iniciais em 01 de janeiro	117.879	98.279
Dividendos e juros sobre o capital próprio:		
Declarados	345.031	315.713
Imposto de renda retido na fonte – IRRF	(14.546)	(20.800)
Pagos no exercício	(448.352)	(275.313)
Saldos finais em 31 de dezembro	12	117.879

Os dividendos e juros sobre o capital próprio, não reclamados no prazo de três anos, são revertidos para a Companhia.

Outros Resultados Abrangentes

Estão sendo reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes os ajustes decorrentes da mudança no conceito de retornos esperados sobre ativos e passivos atuariais de benefício pós-emprego, líquidas dos efeitos tributários.

Também estão classificados em outros resultados abrangentes, as operações de *Hedge Accounting* relacionados a garantia de empréstimos em moeda estrangeira. Os valores serão reconhecidos no resultado à medida que as operações se realizarem, conforme determinado pela norma contábil, mostrado na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.

Elektro Redes S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

19. Receita líquida

Segue a composição da receita líquida por natureza e suas deduções:

		2017	2016
Fornecimento de energia elétrica	(a)	4.466.259	4.762.689
Câmara de Comercialização de Energia - CCEE	(b)	422.501	325.030
Receita pela disponibilidade da rede elétrica	(c)	2.616.025	2.761.675
Valores a Receber / Compensar da Parcela A e Outros Itens Financeiros	(d)	825.499	(420.539)
Receita de construção da infraestrutura da concessão		434.338	410.253
Outras receitas	(e)	99.480	111.148
Total receita bruta		8.864.102	7.950.256
(-) Deduções da receita bruta	(f)	(3.052.607)	(3.195.276)
Total receita operacional líquida		5.811.495	4.754.980

(a) Fornecimento de energia

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumo:

Ref.	MWh (*)		R\$	
	2017	2016	2017	2016
Consumidores:				
Residencial	4.515.733	4.214.933	2.753.009	2.820.853
Industrial	6.786.080	6.473.128	966.052	1.477.375
Comercial	2.668.620	2.544.759	1.383.462	1.527.333
Rural	1.034.847	970.162	384.042	384.683
Poder público	325.096	313.569	190.006	193.524
Iluminação pública	526.546	482.523	189.184	181.710
Serviço público	824.746	738.799	234.725	246.965
Fornecimento não faturado			32.502	(97.704)
Reclassificação da receita pela disponibilidade da rede elétrica - Consumidor cativo	(1)		(2.007.670)	(2.238.126)
Subvenção à tarifa social baixa renda			340.947	266.076
Total			4.466.259	4.762.689

(*) Informações não auditadas.

(1) Em atendimento ao Despacho ANEEL n° 1.618 de 23/04/2008, a Companhia efetuou a segregação da receita de comercialização e distribuição utilizando uma "TUSD média" calculada a partir da TUSD homologada para consumidores cativos.

(b) Câmara de Comercialização de Energia - CCEE

Os montantes de receitas/despesas faturados e/ou pagos pelas concessionárias que tiveram excedente/falta de energia, comercializados no âmbito da CCEE, foram informados pela mesma e referendados pela Companhia.

(c) Receita pela disponibilidade da rede elétrica

Elektro Redes S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

A receita com Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição – TUSD refere-se basicamente a venda de energia para consumidores livres e cativos com a cobrança de tarifa pelo uso da rede de distribuição.

	2017	2016
Receita de Uso - Consumidor livre	608.355	523.549
Receita de Uso - Consumidor cativo*	2.007.670	2.238.126
	2.616.025	2.761.675

(*) Vide comentários nota (a), acima

(d) Ativos e passivos financeiros setoriais, líquidos

	2017	2016
CVA		
Energia	696.955	(506.048)
Encargo de Serviço do Sistema - ESS	(175.963)	69.981
Neutralidade dos encargos setoriais	(66.246)	84.739
Outras CVA's	22.390	(250.973)
Outros Itens Financeiros		
Sobrecontratação	(86.981)	96.678
Risco Hidrológico	419.439	90.666
Outros itens financeiros	15.905	(5.582)
Total	825.499	(420.539)

(e) Outras Receitas

	2017	2016
Renda da prestação de serviços	3.177	2.990
Arrendamentos e aluguéis	19	52
Serviço taxado	2.035	1.866
Valor justo ativo indenizável da concessão (*)	8.051	8.084
Taxa de iluminação pública	37.149	59.839
Outras receitas	49.049	38.317
	99.480	111.148

(*) Conforme mencionado na nota 10, a Companhia atualiza o ativo financeiro indenizável da concessão com base no mesmo índice de atualização da BRR (IPCA).

(f) Deduções da Receita Bruta

	2017	2016
Impostos e contribuições		
ICMS	1.208.535	1.325.390
PIS	123.149	127.354
COFINS	567.228	586.584
ISS	523	528
Encargos Setoriais		
Conta de desenvolvimento energético – CDE (*)	810.166	973.454
Programa de Eficientização Energética – PEE	26.367	24.551
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT	10.547	9.905
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	15.820	13.587
Encargos do Consumidor – CCRBT	290.272	132.322
Outros	-	1.601
Total	3.052.607	3.195.276

(*) Vide nota 14 (a).

Elektro Redes S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

20. Custos e despesas operacionais do serviço**20.1. Custo de Energia Elétrica**

	MWh (*)		R\$	
	2017	2016	2017	2016
Energia comprada para revenda				
Ambiente de Contratação Regulado – ACR (Leilões)	9.407.775	11.028.862	2.135.060	2.141.907
Contratos bilaterais	259.809	267.824	56.003	54.540
Contratos por cotas de garantia física	3.569.955	3.519.827	216.443	219.548
Cotas das Usinas Angra I e Angra II	527.551	528.997	117.513	99.891
Mercado de Curto Prazo	288.783	-	602.398	94.299
PROINFA	275.520	-	118.751	131.867
(-) Créditos de PIS e COFINS	-	-	(345.692)	(266.926)
Custos Variáveis do MCP	-	-	493.989	95.281
	14.329.393	15.645.781	3.394.465	2.570.407
Encargos de uso dos sistemas de distribuição				
Encargos de rede básica			481.049	296.321
Encargos de conexão			41.671	15.308
Encargo de uso do sistema de distribuição			53.317	35.856
Encargo de serviço do sistema - ESS			21.942	19.907
Encargos de energia de reserva - EER			(91.442)	130.837
(-) Créditos de PIS e COFINS			(46.818)	(46.871)
			459.719	451.358
Total			3.854.184	3.021.765

(*) Informações não auditadas.

20.2. Custo de operação e despesas operacionais

Custo / Despesas	Ref	2017				2016
		Custos dos serviços	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Total	Total
Pessoal	(a)	290.901	6.486	34.875	332.262	291.244
Administradores		-	-	21.109	21.109	13.868
Material		37.546	-	361	37.907	36.329
Serviços de terceiros		89.877	17.457	31.535	138.869	138.349
Taxa de fiscalização serviço energia elétrica – TFSEE		6.371	-	-	6.371	6.527
Depreciação e amortização	(b)	177.296	-	-	177.296	172.392
Arrendamentos e aluguéis		9.779	-	-	9.779	10.745
Tributos		1.752	-	-	1.752	4.077
Provisões líquidas - PCLD		82.242	-	-	82.242	84.937
Perdas contas a receber/consumidores		(19.157)	-	-	(19.157)	(11.748)
Alienação/Desativação de bens e direitos		-	-	15.186	15.186	16.824
Outros custos e despesas/receitas	(c)	(36.566)	82.300	(22.054)	23.680	(79.535)
Total custos / despesas		655.227	106.243	65.826	827.296	684.009

Elektro Redes S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais)

(a) Custo e despesa de pessoal

	2017	2016
Remunerações	178.128	163.517
Encargos sociais	21.433	21.264
Auxílio alimentação	39.646	37.102
Convênio assistencial e outros benefícios	72.549	59.268
Rescisões	48	1.144
Férias e 13º salário	43.526	41.963
Plano de saúde	35.569	30.311
Participação nos lucros e resultados	31.157	31.404
(-) Transferências para ordens	(89.794)	(94.729)
	332.262	291.244

(b) Amortização

	2017	2016
Quota de amortização no exercício	177.296	172.392
Total	177.296	172.392

(c) Outros custos e despesas

	31/12/2017	31/12/2016
Seguros	1.469	1.193
Recuperação de despesa	23	29
Transporte	204	193
Órgãos de classe do setor elétrico	2.100	2.085
Consumo próprio de energia elétrica	3.695	3.922
Propaganda e publicidade	1.034	1.502
Indenização processos cíveis e fiscais	90	(82.127)
Alimentação	659	1.114
Multas Regulatórias	10.248	15.142
Multas recebida por inadimplência	(22.054)	(24.499)
Outros	41.398	18.735
Total	38.866	(62.711)

21. Receitas e despesas financeiras

	2017	2016
<u>Receitas financeiras</u>		
Renda de aplicações financeiras	68.295	118.122
Juros e encargos sobre contas de energia em atraso	52.396	81.016
Atualização do ativo financeiro setorial	-	87
(-) PIS e COFINS sobre receita financeira	(9.513)	(13.979)
Outras receitas financeiras	13.343	16.952
	124.521	202.198
<u>Despesas financeiras</u>		
Encargos de dívida	(131.470)	(135.201)
Variações monetárias e cambiais – Dívida	(110.140)	(182.937)
IOF	(526)	(2.154)
Atualização do passivo financeiro setorial	(3.568)	-
Atualização contingências	(26.488)	(31.562)
Outras despesas financeiras	(10.134)	(11.528)
	(282.326)	(363.382)
Resultado financeiro líquido	(157.805)	(161.184)

Elektro Redes S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais)

22. Saldos e transações com partes relacionadas

A Companhia mantém operações comerciais com partes relacionadas pertencentes ao mesmo grupo econômico, cujos saldos e natureza das transações estão demonstrados a seguir:

		Ativo / (Passivo)		Receita/ (Despesa)	
	Ref.	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Compra de Energia					
Baguari I Geração de Energia Elétrica S.A.	(a)	(344)	(355)	(3.007)	(2.833)
Goiás Sul Geração de Energia S.A. - Goiandira	(a)	-	(125)	-	(997)
Goiás Sul Geração de Energia S.A. - Nova Aurora	(a)	-	(93)	-	(748)
Norte Energia S.A.	(a)	(11.129)	(6.256)	(90.525)	(24.827)
Energética Águas da Pedra	(a)	(1.619)	(1.668)	(14.134)	(13.314)
Elektro Comercializadora Ltda.	(a)	(89)	(105)	(1.007)	(1.167)
Rio Pch I S.A. - Pedra Garrafão	(a)	-	(65)	-	(519)
Rio Pch I S.A. - Pirapetininga	(a)	-	(65)	-	(519)
Companhia Hidroelétrica Telespices	(a)	(1.819)	(1.566)	(17.360)	(19.609)
Calango 6 Energia Renovável S.A.	(a)	-	-	(187)	-
Santana 1 Energia Renovável S.A	(a)	-	-	(172)	-
Santana 2 Energia Renovável S.A	(a)	-	-	(129)	-
		(15.000)	(10.298)	(126.521)	(64.533)
Uso e Conexão do Sistema de Transmissão (TUST) e (CUST)					
Afluente Transmissão de Energia Elétrica S.A.	(b)	(52)	(9)	(357)	(317)
Se Narendiba S.A.	(b)	(6)	-	(48)	(40)
Potiguar Sul Transmissão de Energia S.A.	(b)	(43)	-	(380)	-
		(101)	(9)	(785)	(357)
Serviços Administrativos					
Amara Brasil	(d)	-	(593)	-	(4.544)
Energias Renováveis do Brasil S.A.	(d)	30	62	360	62
Elektro Comercializadora Ltda.	(d)/(e)	20	2	141	355
Iberdrola Construção e Serviços Ltda.	(c)	8	-	134	-
Neoenergia S.A *	(d)	-	(1.200)	-	(1.388)
		58	(1.729)	635	(5.515)
Total		(15.043)	(12.036)	(126.671)	(70.405)
Circulante		(15.043)	(12.036)	(126.671)	(70.405)

* Saldo relacionado a Elektro Holding S.A incorporada na Neoenergia S.A

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão descritas a seguir:

(a) Contratos de suprimento de energia elétrica nos mercados: contratação no Ambiente Regulado (CCEAR), através dos Leilões de Energia promovidos e regulamentados pela ANEEL. Contratos corrigidos anualmente pela variação do IPCA.

(b) Contratos de Uso do Sistema de Transmissão (CUST), corrigidos anualmente pela variação do IGPM.

(c) Contratos de locação de imóveis, corrigidos anualmente pela variação do IGPM.

Elektro Redes S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

(d) Contratos de prestação de serviços, referente à administração e logística de almoxarifado, corrigido anualmente pela variação do IPCA / IGP-M e dissídio coletivo de acordo com cada contrato.

(e) Contratos de fornecimento de energia, corrigidos anualmente através do reajuste tarifário ANEEL. Adicionalmente, a Companhia realiza vendas de energia a partes relacionadas, presentes em sua área de concessão (consumidores cativos), com valores definidos através de tarifas reguladas pela ANEEL.

A Administração da Companhia entende que as operações comerciais realizadas com partes relacionadas estão em condições usuais de mercado.

22.1. Remuneração da administração

O montante total de remuneração dos administradores da Companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, é de R\$ 21.109 (R\$ 16.925 em 31 de dezembro de 2016) e refere-se aos valores registrados na contabilidade pelo regime de competência, incluídos neste montante os itens abaixo:

Composição da Remuneração da administração	(Regime de Competência)	
	2017	2016
Remuneração recorrente	11.646	11.259
Benefícios de Curto Prazo	182	592
Benefícios de Longo Prazo	9.233	3.930
Rescisões contratuais	48	1.144
Total	21.109	16.925

Destacam-se, ainda, benefícios adquiridos por estes administradores referentes ao Plano de Incentivo de Longo Prazo concedido pela Elektro Redes no montante de R\$ 12.938 (R\$ 9.935 em 2016) registrado em "Outros Passivos", sendo R\$ 7.939 (R\$ 7.885 em 2015) no passivo não circulante e R\$ 4.999 (R\$ 2.050 em 2015) no circulante.

23. Gestão de riscos financeiros

a) Considerações gerais e de políticas internas

A gestão dos riscos financeiros da Companhia segue o proposto na Política de Riscos Financeiros e na Política de Risco de Crédito do Grupo Neoenergia aprovadas pelo Conselho de Administração, além dos demais normativos financeiros.

Dentre as diretrizes previstas nessas Políticas e normativos, destacam-se: proteção cambial da totalidade da dívida em moeda estrangeira; avaliação de *hedge* de taxa de juros de dívidas em moeda local; avaliação de *hedge* de desembolsos em moeda estrangeira; diversificação de instrumentos, prazos e contrapartes de dívida e alongamento do prazo médio.

Elektro Redes S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

Além disso, a utilização de derivativos tem como propósito único a proteção e mitigação de riscos, de forma que é proibida a contratação de derivativos exóticos nem alavancados ou com propósitos especulativos.

O monitoramento dos riscos é feito através de uma gestão de controles que tem como objetivo o acompanhamento contínuo das operações contratadas e do cumprimento dos limites de risco aprovados.

A Companhia está exposta a diversos riscos financeiros, dentre os quais se destacam os riscos de mercado (risco cambial, risco de taxa de juros e de índice de preços, dentre outros), de crédito e de liquidez.

b) Gestão do capital

A Companhia administra seu capital com o objetivo de salvaguardar a continuidade de seus negócios no longo prazo, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas e buscando manter uma estrutura ótima de capital.

Sempre que necessário para adequar sua estrutura de capital, a Administração pode propor a revisão da política de pagamento de dividendos, a devolução de capital aos acionistas, a emissão de novas ações ou ainda a venda de ativos, dentre outras ações de adequação de estrutura de capital.

c) Gestão de risco de mercado

Risco cambial

A Companhia, visando assegurar que oscilações significativas nas cotações das moedas a que está sujeito seu passivo com exposição cambial não afetem seu resultado e fluxo de caixa, possuía em 31 de dezembro de 2017, operações de *hedge* cambial, representando 100% do endividamento com exposição cambial.

Risco de taxas de juros e índice de preços

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, tais como índices de preço, que impactem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos ou rendimentos das aplicações financeiras.

Ainda assim, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas.

Risco de Mercado

De acordo com o atual modelo do setor elétrico brasileiro, as concessionárias de distribuição devem contratar 100% da energia elétrica necessária para atendimento aos

Elektro Redes S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

seus consumidores cativos. Tal energia é contratada por meio de Leilões, realizados pela ANEEL e os custos com a compra de energia são repassados pelas distribuidoras aos seus consumidores, caso o montante de contratos se encontre entre 100 e 105% da carga cativa. O objetivo das distribuidoras é manter sua contratação dentro dos limites regulamentares e obter o repasse tarifário, o que em situações normais é inteiramente possível.

Em 2016 a Elektro Redes fez uso de todas as ferramentas disponíveis para o gerenciamento do seu nível de sobrecontratação e logrou êxito em mitigar qualquer impacto em seu resultado. Para o ano de 2017, a Companhia manteve uso dos mecanismos existentes para manutenção de seu portfólio contratual e não incorreu nenhum impacto por conta da sobrecontratação. Destaca-se que eventos alheios à gestão da distribuidora, tais como redução da energia proveniente de usinas cotistas, em consequência do Decreto 9.143/2017, por serem extraordinários e imprevisíveis, deverão seguir a mesma tratativa dada pela Resolução Normativa nº 706/16 pela ANEEL para garantia de repasse integral dos custos de compra de energia.

d) Gestão de risco de liquidez

O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A gestão financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, desconcentração de vencimentos, diversificação de instrumentos financeiros e o *hedge* da dívida em moeda estrangeira. O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes.

Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia mantinha um total de R\$ 5.617 em títulos e valores mobiliários e R\$ 492.691 em aplicações financeiras, ambos no curto prazo.

A tabela abaixo demonstra o valor total do fluxo de obrigações monetizáveis da Companhia, por faixa de vencimento, correspondente ao período remanescente contratual.

	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual total	2018	2019	2020	2021	2022	Acima de 5 anos
Passivos financeiros não derivativos:								
Empréstimos e financiamentos	2.278.056	2.278.056	958.672	243.475	358.350	153.496	149.093	414.970
Debêntures	699.998	699.998	169.905	69.702	153.452	153.452	153.487	-
Fornecedores	710.340	710.340	710.340	-	-	-	-	-
Passivos financeiros derivativos:								
Swap cambial e de taxa de juros	174.328	174.328	46.918	18.199	18.709	17.270	17.270	55.962

Elektro Redes S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais)

e) Gestão de risco de crédito

O risco de crédito refere-se à possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido ao não cumprimento de obrigações e compromissos pelas contrapartes.

Risco de crédito de contrapartes comerciais

A principal exposição a crédito é oriunda da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes do não-recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais.

Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume de contas a receber de clientes e realiza diversas ações de cobrança, realizadas em conformidade com a regulamentação regulatória, o que inclui ainda a possibilidade de interrupção do fornecimento.

Risco de crédito de instituições financeiras

Para as operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e derivativos, a Companhia segue as disposições da Política de Risco de Crédito que tem como objetivo a mitigação do risco através da diversificação junto às instituições financeiras e a utilização de instituições financeiras com boa qualidade de crédito.

É realizado ainda o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus *ratings* de longo prazo publicado pelas agências de *rating* para as principais instituições financeiras com as quais a Companhia possui operações em aberto.

A seguir demonstramos a exposição total de crédito detida em ativos financeiros pela Companhia. Os montantes estão demonstrados em sua integralidade sem considerar nenhum saldo de provisão de redução para recuperabilidade do ativo.

	31/12/2017	31/12/2016
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado		
Caixa e equivalentes de caixa	501.530	899.313
Títulos e valores mobiliários	5.646	10.716
Empréstimos e recebíveis		
Contas a receber de clientes e outros	1.483.026	1.370.058
Disponível para venda		
Concessão do Serviço Público – Indenização	1.307.440	1.074.026

e.1) Informações complementares sobre os instrumentos derivativos

Em 31 de dezembro de 2017 não havia valor de margem depositado referente a posições com derivativos, bem como nenhuma das operações contratada teve custo inicial associado.

Todas as operações de derivativos dos programas de *hedge* estão detalhadas em quadro a seguir, que inclui, por contrato de derivativo, informações sobre tipo de instrumento, valor de referência (nominal), valor justo, data de contratação, data de vencimento, valor justo incluindo risco de crédito e valores pagos/recebidos ou provisionados no exercício.

Elektro Redes S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

(i) Programa de *hedge* dos empréstimos e financiamentos em dólar

Com o objetivo de proteção econômica e financeira, a Companhia contrata operações de *swap* para converter para R\$ as dívidas e empréstimos denominados em US\$. Nestes *swaps*, a Companhia assume posição passiva em R\$ atrelado ao CDI e posição ativa em US\$ atrelado a taxas fixas ou flutuantes (Libor).

<u>Swap US\$ pós vs</u> <u>R\$ pós</u>	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo		Efeito acumulado valor (a receber/recebido) ou a pagar/pago
	31/12/2017	31/12/2016		31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017
Ativo	(119.680)	(40.961)	2018 - 2029	(119.680)	(40.961)	(119.680)
Passivo	93	-		93	-	93
Líquido				(119.587)	(40.961)	(119.587)

<u>Swap US\$ pré vs</u> <u>R\$ pós</u>	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo		Efeito acumulado valor (a receber/recebido) ou a pagar/pago
	31/12/2017	31/12/2016		31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017
Ativo	(56.080)	(108.087)	2018 - 2027	(56.080)	(108.087)	(56.080)
Passivo	-	-		-	-	-
Líquido				(56.080)	(108.087)	(56.080)

Este programa é classificado de acordo com os critérios contábeis de *hedge accounting* e mensurado a valor justo por meio de resultado.

e.2) Análise de sensibilidade

A análise a seguir estima o valor potencial dos instrumentos em cenários hipotéticos de stress dos principais fatores de risco de mercado que impactam cada uma das posições, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

- Cenário Provável: Foram projetados os encargos e rendimentos para o exercício seguinte, considerando os saldos, as taxas de câmbio e/ou taxas de juros vigentes ao final do exercício de 2018.

- Cenário II: Esta projeção foi majorada em 25% em relação ao cenário provável.

- Cenário III: Esta projeção foi majorada em 50% em relação ao cenário provável.

Para os rendimentos das aplicações financeiras, os cenários II e III consideram uma redução de 25% e 50%, respectivamente, em relação ao cenário provável.

Para a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos, a Companhia entende que há necessidade de considerar os passivos com exposição à flutuação das taxas de câmbio protegidos pelos mesmos e que encontram-se registrados no balanço patrimonial.

Como 100% das dívidas em moeda estrangeira estão protegidas por swaps, o risco de variação da taxa de câmbio do dólar é irrelevante, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Elektro Redes S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais)

Operação	Moeda	Risco	Cotação	Exposição (Saldo/ Nacional)	Cenário Provável	Cenário (II)	Cenário (III)
Dívida em Dólar		Alta do Dólar	3,3080	(1.370.521)	-	(342.630)	(685.260)
Swap Ponta Ativa em Dólar	Dólar(\$)	Queda do Dólar		1.370.521	-	342.630	685.260
Exposição Líquida					-	-	-

A tabela a seguir demonstra a perda (ganho) devido a variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados:

Operação	Indexador	Risco	Taxa no exercício	Exposição (Saldo/ Nacional)	Cenário Provável	Cenário (II)	Cenário (III)
Ativos financeiros							
Aplicações financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	6,9%	472.319	7.889	(1.936)	(3.895)
Passivos financeiros							
Swap Ponta Passiva em CDI	CDI	Alta do CDI	7%	(1.221.888)	(95.250)	(23.812)	(47.625)
Dívidas em CDI	CDI	Alta do CDI	7%	(361.509)	(30.898)	(7.725)	(15.449)
Dívida em TJLP	TJLP	Alta da TJLP	7%	(297.844)	(27.820)	(5.212)	(10.425)
Dívida em IGPM	IGPM	Alta da IGPM	5%	-	-	-	-
Dívida em IPCA	IPCA	Alta da IPCA	3%	(700.526)	(57.147)	(4.301)	(8.602)
Dívida em LIBOR 3M	LIBOR	Alta da LIBOR 3M	2%	(414.671)	(9.008)	(1.383)	(2.766)
Swap Ponta Ativa em LIBOR 3M	LIBOR	Queda da LIBOR 3M	2%	414.671	9.008	1.383	2.766
Dívida em LIBOR 6M	LIBOR	Alta da LIBOR 6M	2%	(201.778)	(4.778)	(760)	(1.519)
Swap Ponta Ativa em LIBOR 6M	LIBOR	Queda da LIBOR 6M	2%	201.778	4.778	760	1.519

f) Estimativa a Valor justo

O quadro a seguir apresenta os valores contábil e justo dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2017 e de 2016:

	Nível (*)	31/12/2017		31/12/2016	
		Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Ativos financeiros (Circulante / Não circulante)					
Empréstimos e recebíveis		1.720.058	1.720.058	1.271.134	1.271.134
Contas a receber de clientes e outros	2	1.395.950	1.395.950	1.271.134	1.271.134
Valores a compensar da parcela A e outros itens financeiros	3	324.108	324.108	-	-
Mantidos até o vencimento		5.646	5.646	10.716	10.716
Títulos e valores mobiliários	2	5.646	5.646	10.716	10.716

Elektro Redes S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais)

Mensurados pelo valor justo por meio do resultado			677.291	677.291	1.048.361	1.048.361
Caixa e equivalentes de caixa	2		501.530	501.530	899.313	899.313
Swap de taxa de juros	2		175.761	175.761	149.048	149.048
Disponível para venda			1.307.440	1.307.440	1.074.026	1.074.026
Concessão do Serviço Público – Indenização	3		1.307.440	1.307.440	1.074.026	1.074.026
Passivos financeiros (Circulante / Não circulante)						
Mensurado pelo custo amortizado			2.292.336	2.273.596	2.084.464	2.107.927
Fornecedores	2		710.340	710.340	418.415	418.415
Empréstimos e financiamentos	2		881.998	881.998	607.693	607.693
Debêntures	2		699.998	681.258	883.787	907.250
Valores a compensar da parcela A e outros itens financeiros	3		-	-	174.569	174.569
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado			1.396.210	1.396.210	1.241.398	1.241.398
Empréstimos e financiamentos	2		1.396.058	1.396.058	1.241.398	1.241.398
Swap de taxa de juros	2		152	152	-	-

(*) Refere-se à hierarquia para determinação do valor justo.

O nível de mensuração de cada instrumento financeiro respeita a seguinte hierarquia de valor justo: Nível 1 para preços cotados sem ajustes em mercados ativos para instrumentos idênticos aos da Companhia; Nível 2 para informações observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no nível anterior; e Nível 3 para dados não observáveis para o instrumento em questão.

A Companhia entende que valor justo de contas a receber e fornecedores, por possuir a maior parte dos seus vencimentos no curto prazo, já está refletido em seu valor contábil. Assim como para os títulos e valores mobiliários classificados como mantidos até o vencimento. Nesse caso a Companhia entende que o seu valor justo é similar ao valor contábil registrado, pois estes têm taxas de juros indexadas à curva DI (Depósitos Interfinanceiros) que reflete as variações das condições de mercado.

Para os passivos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado a metodologia utilizada é a de taxas de juros efetiva. Essas operações são bilaterais e não possuem mercado ativo nem outra fonte similar com condições comparáveis as já apresentadas que possam ser parâmetro a determinação de seus valores justos. Dessa forma, os valores contábeis refletem o valor justo da operação.

Para os passivos financeiros (empréstimos) classificados como mensurados a valor justo incluindo os instrumentos financeiros derivativos com a finalidade de proteção (*hedge*), a Companhia mensura o valor justo através do valor presente dos fluxos projetados considerando características contratuais de cada operação. A metodologia adotada consiste em calcular o valor presente dos fluxos futuros da dívida e das pontas ativa e passiva do *swap*.

Elektro Redes S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

A Companhia entende que adotando a metodologia descrita acima reflete o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

A mensuração contábil da indenização e dos recebíveis decorrente da concessão é feita mediante a aplicação de critérios regulatórios contratuais e legais. Para esses ativos não existe mercado ativo, e uma vez que todas as características contratuais estão refletidas nos valores contabilizados. A Companhia entende que o valor contábil registrado reflete os seus valores justos.

24. Compromissos

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo para a compra de energia são como segue:

<u>Vigência</u>	<u>2018</u>	<u>2019</u>	<u>2020</u>	<u>2021</u>	<u>2022</u>	<u>Após 2022</u>
De 2018 a 2028	2.658	3.036	2.766	2.882	2.999	37.725

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, cuja vigência varia de 6 a 30 anos, representam o volume total contratado pelo preço corrente no final do exercício de 2017, e foram homologados pela ANEEL, que atendem os compromissos impostos pela legislação.

25. Obrigações com benefícios pós-emprego

A Companhia patrocina os planos de complementação de aposentadoria e pensão, na modalidade Benefício Definido, para seus empregados ativos, aposentados e pensionistas e seus dependentes legais.

Planos de Benefícios Previdenciários

A Companhia é patrocinadora da Fundação CESP de Previdência Complementar – FUNCESP mantenedora dos planos previdenciários:

PSAP/CESP B: Benefício Suplementar Proporcional Saldado – BSPS, que corresponde aos benefícios assegurados aos empregados vinculados ao plano vigente até 31 de dezembro de 1997, ou seja, antes da implantação do plano misto, calculado proporcionalmente até aquela data. Este plano está fechado para novas adesões.

PSAP/CESP B1: Plano de Suplementação de Aposentadorias e Pensão Elektro – PSAP Elektro, iniciado em 1º de janeiro de 1998, sendo um plano misto, cuja meta de benefício é a integralidade do salário na aposentadoria, sendo 70% do salário real de contribuição como Benefício Definido e 30% como Contribuição Definida.

Quando o Plano PSAP/CESP B1 foi criado, a transferência do Plano PSAP/CESP B para PSAP/CESP B1 foi ofertada aos participantes. Aqueles que migraram adquiriram o direito de receber o benefício saldado (BSPS) proporcional ao tempo que contribuíram para o plano

Elektro Redes S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

anterior, podendo destinar este recurso como contribuição ao novo plano ou aguardar a elegibilidade ao benefício, sem a acumulação de nenhum outro benefício adicional no futuro.

As contribuições pagas ou provisionadas para o exercício foram as seguintes:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Despesas Operacionais	<u>4.292</u>	<u>3.994</u>
	<u>4.292</u>	<u>3.994</u>

As principais premissas econômicas adotadas para os cálculos atuariais referentes aos exercícios de 31 de dezembro de 2017 e de 2016 foram:

	Benefício Definido	
	2017	2016
Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial	10,10%	11,03%
Taxa de rendimento nominal esperada sobre os ativos do plano	10,10%	11,03%
Índice estimado de aumento nominal dos salários	6,60%	7,63%
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios	4,50%	5,00%
Taxa estimada de inflação no longo prazo	4,50%	5,00%
Taxa de rotatividade esperada	Experiência Fundação CESP 2012	Experiência Fundação CESP 2012
Tábua da biométrica de mortalidade geral	AT-2000	AT-2000
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos	AT-49 masculina	AT-49
Tábua biométrica de entrada em invalidez	Ligth-fraca	Light-fraca
Probabilidade de ingresso em aposentadoria	100% na primeira elegibilidade	100% na primeira elegibilidade

Vencimentos esperados de benefícios não descontados de planos de pensão e benefícios de saúde pós-emprego:

	<u>Menos de 1 ano</u>	<u>Entre 1-2 anos</u>	<u>Entre 2-5 anos</u>	<u>Mais de 5 anos</u>	<u>Total</u>
Benefícios de aposentadoria – BD	69.908	74.451	254.004	526.327	924.690

Elektro Redes S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

Demonstramos a seguir os valores reconhecidos no ativo, passivo, demonstração de resultado e resultado abrangente, relacionados aos planos previdenciários e assistencial, em 31 de dezembro de 2017 e de 2016:

	31/12/2017	31/12/2016
Valor reconhecido no balanço patrimonial da empresa		
Benefícios de previdência – Benefício definido	157.927	135.848
Efeito do limite de reconhecimento de <i>superávit</i>	(157.927)	(135.848)
	-	-
Valores reconhecidos na Demonstração de Resultado do exercício:		
Benefícios de previdência – Benefício definido	3.918	(188)
	3.918	(188)
Valores reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes:		
Benefícios de previdência – Benefício definido	(3.918)	188
	(3.918)	188

Os valores reconhecidos no resultado são os seguintes:

	Planos de Previdência Complementar	
	Benefício Definido	
	31/12/2017	31/12/2016
Custo do serviço corrente	7.560	3.243
Custo dos juros	(392)	(408)
Contribuições pagas pela patrocinadora	(3.250)	(3.023)
Valores reconhecidos no resultado	3.918	(188)

Elektro Redes S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

A mutação das obrigações de benefício pós-emprego em 31 de dezembro de 2017 e de 2016:

	Planos de Previdência Complementar Benefício Definido
Em 01 de janeiro de 2016	870.054
Custo do serviço corrente	3.243
Custo dos juros	101.325
Contribuições dos participantes do plano	3.573
Benefício pago pelo plano	(63.705)
Premissas demográficas	-
Premissas financeiras	170.306
Experiência do plano	61.670
Em 31 de dezembro de 2016	1.146.466
Custo do serviço corrente	7.560
Custo dos juros	122.806
Contribuições dos participantes do plano	3.806
Benefício pago pelo plano	(63.465)
Premissas demográficas	(450)
Premissas financeiras	43.051
Experiência do plano	(68.342)
Em 31 de dezembro de 2017	1.191.432

A movimentação do valor justo dos ativos do plano de benefícios nos exercícios apresentados é a seguinte:

	Planos de Previdência Complementar Benefício Definido
Em 01 de janeiro de 2016	1.141.219
Receita de juros sobre os ativos do plano	134.463
Contribuições do empregador	3.023
Contribuições de empregados	3.573
Benefícios pagos	(63.705)
Juros sobre valor justo	63.741
Em 31 de dezembro de 2016	1.282.314
Receita de juros sobre os ativos do plano	138.182
Contribuições do empregador	3.250
Contribuições de empregados	3.806
Benefícios pagos	(68.342)
Juros sobre valor justo	(9.851)
Em 31 de dezembro de 2017	1.349.359

Custo do plano previdenciário do benefício definido para 2017:

	Plano Benefício Definido
Custo do serviço corrente	7.560
Custo dos juros	(392)
Custo da obrigação (ORA)	(3.918)
Custo total da obrigação	3.250

Elektro Redes S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais)

26. Seguros

A Companhia mantém as seguintes coberturas de seguros, compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, que são julgadas suficientes pela Administração para salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros:

Riscos	Data da vigência	Importância Segurada	Prêmio
Riscos Operacionais e Multirrisco	30/05/2017 à 30/05/2018	1.219.236	682.138
Responsabilidade Civil Terceiros	31/05/2017 a 31/05/2018	44.000	524.076
Proteção de Dados e Responsabilidade Cibernética – CyberEdge	01/02/2017 a 01/02/2018	32.188	151.434
Riscos Diversos - Terrorismo	31/05/2017 a 31/05/2018	166.500	214.414
Veículos	02/10/2017 a 02/10/2018	-	28.091

Os seguros da Companhia são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes.

27. Eventos subsequentes

27.1. Empréstimos e financiamentos

Em 04 de Janeiro de 2018, a Companhia realizou captação de recursos por meio de empréstimo realizado junto ao banco *Scotiabank*, com base na Resolução 4.131 do Banco Central do Brasil.

A operação foi contratada no valor total de R\$ 248.700, com juros amortizados semestralmente com início em 05/07/2018 à taxa de 2,94% ao ano e amortização de principal no vencimento do contrato em 04/01/2021.

Com o objetivo de eliminar o risco de variação cambial da captação em moeda estrangeira, foi contratada operação de *swap* com mesmo fluxo de liquidação do financiamento, cuja contraparte é o próprio Banco *Scotiabank*.

No contrato de *swap*, a posição ativa da empresa está indexada à variação do dólar americano acrescida de 3,46% ao ano até 04/01/2021. A posição passiva, neste mesmo contrato, está indexada a 110,5% do CDI.

Elektro Redes S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais)

COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

GIANCARLO VASSÃO DE SOUZA
DIRETOR PRESIDENTE

SIMONE BORSATO
DIRETORA EXECUTIVA DE CONTROLADORIA, FINANCEIRA E DE RELAÇÕES COM
INVESTIDORES

GIANCARLO VASSÃO DE SOUZA
DIRETOR EXECUTIVO DE OPERAÇÕES

CRISTIANE DA COSTA FERNANDES
DIRETORA EXECUTIVA DE ASSUNTOS REGULATÓRIOS E INSTITUCIONAIS

ANDRÉ AUGUSTO TELLES MOREIRA
DIRETOR EXECUTIVO COMERCIAL E SUPRIMENTO DE ENERGIA

JESSICA DE CAMARGO REAOCH
DIRETORA EXECUTIVA JURÍDICA

JULIANO PANSANATO DE SOUZA
GERENTE EXECUTIVO DE CONTROLADORIA

ROBERTA LENTINI LOURENÇO
CONTADORA
CRC 1SP292773/O-6

Elektro Redes S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais)

COMPOSIÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

PRESIDENTE

ARMANDO MARTÍNEZ MARTÍNEZ

CONSELHEIROS

JUAN MANUEL EGUIAGARAY UCELAY

JOSÉ IZAGUIRRE NAZAR

MARIO JOSÉ RUIZ-TAGLE LARRAIN

VICENTE DONIZETI DOS SANTOS